



# Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais

**2º Semestre de 2018**

**Belo Horizonte | Ano 12 | n. 1 | mar. de 2019**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)

BOLETIM DE CONJUNTURA ECONÔMICA DE MINAS GERAIS

2º Semestre de 2018

É permitida a reprodução dos dados publicados desde que citada a fonte.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Fundação João Pinheiro ou da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

#### SINAIS CONVENCIONAIS

- ... Dado numérico não disponível.
- .. Não se aplica dado numérico.
- Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.
- 0,0 Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo.

- Disponível também em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>

#### CONTATOS E INFORMAÇÕES

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)

Alameda das Acácias, 70 – Bairro São Luís / Pampulha

Caixa Postal 1200 - CEP: 31275-150 - Belo Horizonte - Minas Gerais

Telefones: (31) 3448-9719 e 3448-9580

[www.fjp.mg.gov.br](http://www.fjp.mg.gov.br)

[e-mail: comunicacao@fjp.mg.gov.br](mailto:comunicacao@fjp.mg.gov.br)

B688 Boletim de Conjuntura Econômica de Minas Gerais. – v. 1, n.1, (jan./mar.2008). – Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações, 2008-

Trimestral (2008-14), quadrimestral (2015-17), semestral (2018-).

ISSN 2447-3294

1. Economia – Minas Gerais – Periódicos. I. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações.

CDU 33(815.1)

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema

Secretario de Estado de Planejamento e Gestão

Otto Levy Reis

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

Presidente

Helger Marra Lopes

Vice-presidente

Mônica Moreira Esteves Bernardi

---

UNIDADE RESPONSÁVEL

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (DIREI)

Equipe técnica

Carla Cristina Aguilár de Souza

Glauber Flaviano Silveira

Lúcio Otávio Seixas Barbosa

Marco Paulo Vianna Franco

Maria Aparecida Sales Souza Santos

Raimundo de Sousa Leal Filho

Reinaldo Carvalho de Moraes

Thiago Rafael Correa de Almeida

Produção editorial

Glauber Flaviano Silveira

Capa

Bárbara Andrade Corrêa da Silva



## SUMÁRIO

CONDICIONANTES EXTERNOS .....	7
NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM MINAS GERAIS .....	21
COMÉRCIO INTERNACIONAL .....	31
FINANÇAS PÚBLICAS.....	42
EMPREGO, DESEMPREGO E RENDIMENTOS DO TRABALHO .....	55



## CONDICIONANTES EXTERNOS

Raimundo de Sousa Leal Filho<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo promover uma avaliação preliminar dos mais recentes indicadores macroeconômicos da economia mundial e, particularmente, da economia brasileira. Foram utilizadas as projeções para a variação do PIB consolidadas no Panorama Econômico Mundial do FMI, os resultados das contas nacionais trimestrais, das taxas de desemprego harmonizadas e dos índices de inflação das bases de dados online da OCDE, as séries temporais da meta para a taxa de juros Selic, da taxa de câmbio comercial para compra, e dos componentes dos índices de preços do Banco Central do Brasil, e os resultados do PIB Trimestral do IBGE.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Mundial, Economia Brasileira, Indicadores Macroeconômicos.

### ABSTRACT

*The purpose of the article was to promote a preliminary evaluation of the most recent macroeconomic indicators of the global economy and, in particular, of the Brazilian economy. In order to do so, it used (i) the GDP projections present in the IMF World Economic Outlook; (ii) the results of the quarterly national accounts; (iii) the online OECD database harmonized unemployment rates and inflation index; (iv) time series of Selic's interest rate target, exchange rate and price index components of the Brazilian Central Bank, as well as (v) IBGE's quarterly GDP results.*

**KEYWORDS:** World Economy, Brazilian Economy, Macroeconomy.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), doutor em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: raimundo.sousa@fjp.mg.gov.br.

Em outubro do ano passado, o Fundo Monetário Internacional reduziu de 3,9% para 3,7% a projeção para o crescimento da economia mundial em 2018, estimativa confirmada em janeiro, mas novamente reduzida em abril, agora para 3,6%. Simultaneamente, rebaixou-se a previsão de crescimento para 2019, de 3,5% em janeiro para 3,3% em abril. Reconhece-se, portanto, a consolidação de um ciclo bianual (2017-18) de crescimento acima da média de 3,5% do quinquênio anterior (2012-16) que, no entanto, perde ímpeto e robustez (tabela 1).

Em relação às projeções para 2019, ampliaram-se as expectativas de desaceleração do ritmo de crescimento econômico no conjunto da economia mundial, nos Estados Unidos, no Canadá, nos países da Zona do Euro e do grupo de “Outras Economias Avançadas”, na China e na Rússia. Na América Latina, onde se projeta aceleração do ritmo de crescimento apesar do cenário menos favorável à economia mexicana, e deve-se ressaltar a fraca base de comparação devida à crise argentina e à lenta recuperação no Brasil em 2018. Também é digno de nota que, entre as maiores economias do mundo, apenas no caso da China houve revisão positiva da projeção de crescimento em 2019.

Tabela 1: Taxas de variação do Produto Interno Bruto e projeções – países e grupos de países selecionados – 2018-2019 (Em %)

Países ou Grupos de Países	Projeções para 2018						Projeções para 2019	
	Jan.2018	Abr.2018	Jun.2018	Out.2018	Jan.2019	Abr.2019	Jan.2019	Abr.2019
África do Sul	0,9	1,5	1,5	0,8	0,8	0,8	1,4	1,2
Alemanha	2,3	2,5	2,2	1,9	1,5	1,5	1,3	0,8
América Latina e Caribe	1,9	2,0	1,6	1,2	1,1	1,0	2,0	1,4
ASEAN-5 (1)	5,3	5,3	5,3	5,3	5,2	5,2	5,1	5,1
Brasil	1,9	2,3	1,8	1,4	1,3	1,1	2,5	2,1
Canadá	2,3	2,1	2,1	2,1	2,1	1,8	1,9	1,5
China	6,6	6,6	6,6	6,6	6,6	6,6	6,2	6,3
Espanha	2,4	2,8	2,8	2,7	2,5	2,5	2,2	2,1
Estados Unidos	2,7	2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,5	2,3
França	1,9	2,1	1,8	1,6	1,5	1,5	1,5	1,3
Índia (2)	7,4	7,4	7,3	7,3	7,3	7,1	7,5	7,3
Itália	1,4	1,5	1,2	1,2	1,0	0,9	0,6	0,1
Japão	1,2	1,2	1,0	1,1	0,9	0,8	1,1	1,0
México	2,3	2,3	2,3	2,2	2,1	2,0	2,1	1,6
Outras Economias Avançadas (3)	2,6	2,7	2,8	2,8	2,8	2,6	2,5	2,2
Reino Unido	1,5	1,6	1,4	1,4	1,4	1,4	1,5	1,2
Rússia	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	2,3	1,6	1,6
Zona do Euro (4)	2,2	2,4	2,2	2,0	1,8	1,8	1,6	1,3
Economia Mundial	3,9	3,9	3,9	3,7	3,7	3,6	3,5	3,3

Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI) - *World Economic Outlook: Growth Slowdown, Precarious Recovery*, Abr. 2019.

(1) Associação das Nações do Sudeste Asiático (The Association of Southeast Asian Nations), formada por Indonésia, Filipinas, Malásia, Tailândia e Vietnã. (2) Projeções para Índia com base no ano fiscal e não no ano calendário (3) Austrália, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Hong Kong, Islândia, Israel, Nova Zelândia, Noruega, República Tcheca, San Marino, Suécia, Suíça e Taiwan. (4) A Zona do Euro foi criada em 01/01/1999, reunindo Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal. Posteriormente, ingressaram Grécia (2001), Eslovênia (2007), Chipre (2008), Malta (2008), Eslováquia (2009) e Estônia (2011), sempre no primeiro dia de cada ano. Bulgária, Dinamarca, Letônia, Lituânia, Hungria, Polônia, Reino Unido, República Checa, Romênia e Suécia fazem parte da União Europeia, mas não utilizam a moeda comum.

Nas próximas seções, as perspectivas para o desempenho macroeconômico global são cotejadas com uma análise sintética da evolução de indicadores conjunturais selecionados, com o objetivo de se identificar as principais tendências macroeconômicas no cenário internacional e, em particular, na economia brasileira.

## ECONOMIA MUNDIAL: INDICADORES MACROECONÔMICOS SELECIONADOS

Em uma amostra das Contas Nacionais Trimestrais de quarenta e um países (selecionados em função da disponibilidade e confiabilidade dos dados), houve variação negativa do PIB nos dois primeiros trimestres de 2018 na África do Sul e Argentina. A economia sul-africana recuperou-se no terceiro e no quarto trimestres, enquanto que a economia argentina continuou em recessão (tabela 2).

Tabela 2: Produto Interno Bruto: taxa de variação – países selecionados – 1º trimestre 2017 - 4º trimestre 2018 (Em %) (base: trimestre anterior na série com ajuste sazonal)

Países	2017:1	2017:2	2017:3	2017:4	2018:1	2018:2	2018:3	2018:4
África do Sul	-0,1	0,7	0,7	0,9	-0,7	-0,1	0,6	0,3
Alemanha	1,1	0,5	0,6	0,5	0,4	0,5	-0,2	0,0
Argentina	0,4	1,3	1,5	1,0	-0,2	-4,7	-0,5	-1,2
Austrália	0,4	0,8	0,6	0,6	1,1	0,8	0,3	0,2
Áustria	0,6	0,5	0,7	1,0	0,9	0,5	0,4	0,3
Bélgica	0,7	0,4	0,2	0,7	0,3	0,3	0,3	0,3
Brasil	1,5	0,3	0,1	0,3	0,4	0,0	0,5	0,1
Canadá	1,0	1,1	0,3	0,4	0,3	0,6	0,5	0,1
Chile	-0,9	0,9	2,3	0,8	1,1	0,6	0,2	1,3
China	1,5	1,8	1,7	1,6	1,5	1,7	1,6	1,5
Colômbia	-0,6	0,5	0,5	0,6	0,6	1,0	0,8	0,6
Coréia do Sul	1,0	0,6	1,4	-0,2	1,0	0,6	0,6	1,0
Dinamarca	2,3	-1,2	-1,0	0,8	0,7	0,6	0,4	0,8
Eslováquia	0,8	0,9	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0	0,8
Eslovênia	1,7	1,4	0,9	2,2	0,6	0,9	1,3	0,8
Espanha	0,8	0,9	0,6	0,7	0,6	0,6	0,5	0,6
Estados Unidos	0,4	0,7	0,7	0,6	0,5	1,0	0,8	0,5
Estônia	1,5	1,2	0,3	1,8	0,1	1,7	0,3	2,2
Finlândia	1,0	0,5	0,4	0,6	0,9	0,4	0,3	0,8
França	0,8	0,7	0,6	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3
Grécia	0,1	1,2	0,4	0,4	0,4	0,3	1,0	-0,1
Holanda	0,5	0,9	0,8	0,9	0,6	0,7	0,2	0,5
Hungria	1,4	1,2	0,9	1,4	1,3	1,0	1,4	1,0
Índia	1,7	1,5	2,1	2,0	1,8	1,7	1,5	1,6
Indonésia	1,3	1,3	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2
Irlanda	-5,0	3,1	4,7	2,8	-0,5	2,1	0,9	0,1
Islândia	-1,4	-1,1	4,5	1,0	0,3	1,6	-0,0	1,7
Israel	0,3	0,9	1,1	1,1	1,0	0,2	0,7	0,7
Itália	0,5	0,3	0,4	0,4	0,2	0,1	-0,1	-0,1
Japão	0,9	0,4	0,6	0,4	-0,1	0,5	-0,6	0,5
México	0,4	0,4	-0,4	1,1	1,0	-0,2	0,6	0,2
Noruega	0,4	0,8	0,5	0,3	0,3	0,5	0,6	0,5
Nova Zelândia	0,8	0,9	0,9	0,8	0,5	0,9	0,3	0,6
Polônia	1,1	0,9	1,1	1,4	1,5	1,0	1,6	0,5
Portugal	0,7	0,4	0,6	0,8	0,5	0,6	0,3	0,4
Reino Unido	0,4	0,3	0,5	0,4	0,1	0,4	0,7	0,2
República Tcheca	1,4	2,3	0,6	0,6	0,6	0,5	0,7	0,8
Rússia	0,2	0,7	0,4	0,1	0,5	0,5	0,3	..
Suécia	0,2	1,3	0,7	0,4	0,8	0,4	-0,1	1,2
Suíça	0,4	0,7	0,8	0,8	0,9	0,7	-0,3	0,2
Turquia	1,4	2,0	1,6	2,5	0,9	0,0	-1,6	-2,4

Fonte: The OECD quarterly national accounts (QNA) online dataset. Disponível em: <http://stats.oecd.org>. Acesso em 28 Mar. 2018.

Nos treze países com médias positivas para as taxas de variação do PIB trimestral, porém inferiores ou iguais a 0,5% no primeiro semestre do ano passado, o nível de atividade se contraiu na Itália e na Turquia tanto no terceiro quanto no quarto trimestres, e apresentou média negativa para sua taxa de variação na Alemanha e no Japão. O crescimento do PIB permaneceu em ritmo fraco na Bélgica, no Brasil, no Canadá,

na França, na Grécia, no México, no Reino Unido e na Rússia; e evoluiu para ritmo moderado (média entre 0,5% e 1%) apenas na Noruega.

Nos vinte países com médias para as taxas de variação do PIB superiores a 0,5%, porém menores ou iguais a 1% no primeiro semestre do ano passado, houve transição para uma média negativa na Suíça. Além disso, observou-se desaceleração para fraco crescimento na Austrália, na Áustria, na Holanda, na Irlanda, na Nova Zelândia e em Portugal; manutenção do crescimento moderado no Chile, na Colômbia, na Coreia do Sul, na Dinamarca, na Espanha, nos Estados Unidos, na Finlândia, na Islândia, em Israel, na República Tcheca e na Suécia. Na Eslovênia e na Estônia, a variação média do PIB trimestral foi superior a 1% no segundo semestre.

Dos seis países em que o PIB havia apresentado variação trimestral média superior a 1% no primeiro semestre do ano passado, houve transição para crescimento moderado apenas na Eslováquia. Nos demais países, o ritmo do crescimento econômico continuou acelerado: China, Hungria, Índia, Indonésia e Polônia. Portanto, reverteu-se na economia internacional a conjuntura anterior, mais favorável ao crescimento econômico. Agora se identifica grande prevalência de transições para um menor ritmo de expansão (ou mesmo para situações de queda do nível de atividade).

Por conta dessa reversão de tendência, aliada ao agravamento dos riscos potenciais à preservação de um ritmo mesmo que moderado para o crescimento econômico, os bancos centrais da Europa e dos Estados Unidos já sinalizaram que postergarão as metas para completar a normalização da sua política monetária, enquanto que o governo chinês já anunciou um novo pacote de estímulos fiscais.

A normalização das políticas monetárias nos países avançados vinha reduzindo o diferencial entre os retornos dos títulos nesses países e nos países em desenvolvimento e, portanto, o fluxo de capitais que estes últimos absorvem. O “alívio” que a interrupção desse processo trouxe, entretanto, não se sobrepõe à apreciação do dólar, à escalada de tensões comerciais, e à crescente incerteza sobre o futuro da economia global. Portanto, ainda não se reverteu a deterioração de cenário que já havia atingido países com maior vulnerabilidade externa, como a Turquia e a Argentina. Mesmo nos países com menor vulnerabilidade externa, como é o caso do Brasil, este novo cenário se revela muito desafiador, na medida em que a provável desaceleração do crescimento na economia mundial irá contrair a demanda por suas exportações num contexto em que já não dispõem de espaço fiscal para ativar políticas anticíclicas.

As repercussões do princípio de reversão do ciclo de expansão global do nível de atividade nos mercados de trabalho nacionais podem ser avaliadas a partir do exame dos dados apresentados<sup>2</sup>, na tabela 3. Da

---

2 Visto que o objetivo dessa seção é apresentar uma visão panorâmica das modificações mais recentes no cenário macroeconômico mundial e, em particular, do Brasil, optou-se por restringir a análise conjuntural sobre o mercado de trabalho internacional à discussão sobre a evolução do indicador sintético da taxa de desemprego. Sempre que necessário, considerações adicionais sobre a natureza dos postos de trabalho criados (emprego regular versus trabalho precário, desigualdades de qualificações e de rendimentos, etc.) serão incorporadas à discussão. A respeito do indicador de desemprego utilizado, optou-se pela publicação das taxas de desemprego harmonizadas pela metodologia da OCDE, o que permite a realização de comparações temporais entre as trajetórias dos diferentes países tal como acontece com os indicadores de atividade econômica. Como o Brasil

amostra composta por trinta e quatro países da OCDE mais o Brasil e a Colômbia, em doze casos houve aumento da taxa de desemprego ajustada sazonalmente, entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019.

Dos três países latino-americanos da amostra, houve aumento na taxa de desemprego ajustada sazonalmente no Brasil e na Colômbia (no México, aumentou de setembro para dezembro do ano passado, mas retornou ao patamar anterior em fevereiro último). O maior acréscimo (acréscimo de 1,2 pontos percentuais) ocorreu na Turquia, enquanto que nos Estados Unidos a piora desse indicador foi concentrada entre setembro e dezembro do ano passado.

Houve elevação da taxa de desemprego em três dos cinco países em que 10% ou mais da força de trabalho estavam desempregados em setembro de 2018: no Brasil, de 12,1% para 12,2%; na Itália, de 10,4% para 10,7%; e na Turquia, de 11,5% para 12,7%. Na Espanha, houve redução de 14,8% para 13,9%; e na Grécia, de 18,7% para 18,0%.

Nos quatro países com taxa de desemprego igual ou superior a 7% e inferior a 10% em setembro de 2018, houve ampliação na Colômbia, de 9,9% para 10,4%. A taxa de desemprego no Chile, embora tenha se ampliado entre setembro e dezembro do ano passado, retornou a 7,0% em janeiro. Houve redução na Finlândia e na França, de respectivamente 7,1% para 6,7%, e de 9,0% para 8,8%.

Nos nove países com taxa de desemprego igual ou superior a 5% e inferior a 7% em setembro de 2018, somente na Bélgica houve piora desse indicador, de 5,6% para 5,7%. No Canadá e no Luxemburgo, houve redução da taxa de desemprego entre setembro e dezembro do ano passado, com posterior retorno ao nível anterior de, respectivamente, 5,8% e 5,3%. Em seis casos houve redução: na Austrália, de 5,0% para 4,9%; na Eslováquia, de 6,2% para 5,8%; na Estônia, de 5,5% para 4,2%; na Irlanda, de 5,7% para 5,6%; em Portugal, de 6,6% para 6,3%; e na Suécia, de 6,5% para 6,2%.

Nos dezoito países com taxa de desemprego inferior a 5% em março de 2018, houve elevação em seis casos: na Áustria, de 4,9% para 5,0%; na Dinamarca, de 4,9% para 5,0%; nos Estados Unidos, de 3,7% para 3,8%; na Islândia, de 2,7% para 2,8%; na Nova Zelândia, de 4,0% para 4,3%; e na Suíça, de 4,4% para 4,7%. Em Israel e no México, retornou ao patamar anterior de, respectivamente, 4,1% e 3,4%, após ligeira ampliação entre setembro e dezembro do ano passado. ; e no Reino Unido, de 4,1% para 4,0%. Na Holanda e na Noruega, permaneceu inalterada em 3,9%; na Islândia, em 2,8%; e na Suíça, em 4,9%. Nos outros dez países, houve redução da taxa de desemprego: na Alemanha, de 3,4% para 3,1%; na Coreia do Sul, de 4,0% para 3,7%; na Eslovênia, de 4,9% para 4,4%; na Holanda, de 3,7% para 3,4%; na Hungria, de 3,7% para 3,5%; no Japão, de 2,4% para 2,3%; na Noruega, de 4,0% para 3,9%; na Polônia, de 3,9% para 3,5%; no Reino Unido, de 4,0% para 3,8%; e na República Tcheca, de 2,2% para 1,9%.

---

ainda não ingressou formalmente na OCDE, esse procedimento de ajuste não está disponível para os indicadores de desemprego locais, e se adicionou à base de dados da OCDE uma taxa de desemprego nacional com ajuste sazonal calculada pelo autor para o Brasil. Nesse caso, a análise comparativa realizada nesse exercício deve ser tomada apenas como uma primeira aproximação, especialmente no que diz respeito às conclusões sobre a posição relativa do indicador brasileiro no conjunto da amostra de países.

Tabela 3: Taxas de desemprego harmonizadas – países selecionados – dezembro 2017 - fevereiro 2019 (Em % da Força de Trabalho) (séries com ajuste sazonal)

Países	Dez. 2017	Mar. 2018	Jun. 2018	Set. 2018	Dez. 2018	Fev. 2019
Alemanha	3,6	3,5	3,4	3,4	3,2	3,1
Austrália	5,6	5,5	5,3	5,0	5,0	4,9
Áustria	5,4	4,9	4,8	4,9	4,6	5,0
Bélgica	6,2	6,1	6,1	5,6	5,8	5,7
Brasil (1)	12,4	12,5	12,3	12,1	12,2	12,2
Canadá	5,8	5,8	6,0	5,8	5,6	5,8
Chile	6,9	6,8	7,0	7,0	7,1	7,0 (4)
Colômbia	9,2	9,2	9,5	9,9	10,4	10,4 (4)
Coreia do Sul	3,7	4,0	3,7	4,0	3,8	3,7
Dinamarca	5,3	4,9	4,9	4,9	4,9	5,0
Eslováquia	7,5	6,9	6,6	6,2	5,9	5,8
Eslovênia	5,7	5,5	5,3	4,9	4,3	4,4
Espanha	16,5	15,9	15,2	14,8	14,3	13,9
Estados Unidos	4,1	4,0	4,0	3,7	3,9	3,8
Estônia	5,7	5,8	5,0	5,5	4,3	4,2 (4)
Finlândia	8,3	7,8	7,5	7,1	6,8	6,7
França	9,1	9,2	9,0	9,0	8,9	8,8
Grécia (2)	20,8	20,1	19,1	18,7	18,0	..
Holanda	4,4	3,9	3,9	3,7	3,6	3,4
Hungria	3,8	3,7	3,7	3,7	3,7	3,5 (4)
Irlanda	6,2	5,8	5,8	5,7	5,7	5,6
Islândia	3,0	2,9	2,8	2,7	2,7	2,8
Israel	3,9	3,7	4,0	4,1	4,2	4,1
Itália	10,9	10,9	10,7	10,4	10,5	10,7
Japão	2,7	2,5	2,5	2,4	2,4	2,3
Luxemburgo	5,5	5,6	5,6	5,3	5,1	5,3
México	3,3	3,2	3,4	3,4	3,6	3,4
Noruega	4,1	3,9	3,8	4,0	3,8	3,9 (4)
Nova Zelândia (3)	4,5	4,4	4,4	4,0	4,3	..
Polônia	4,3	3,8	3,8	3,9	3,7	3,5
Portugal	7,9	7,4	6,9	6,6	6,6	6,3
Reino Unido (2)	4,2	4,1	4,0	4,0	3,8	..
República Tcheca	2,4	2,2	2,3	2,2	2,1	1,9
Suécia	6,4	6,2	6,3	6,5	6,4	6,2
Suíça (3)	4,7	4,9	4,8	4,4	4,7	..
Turquia (2)	9,8	9,9	11,0	11,5	12,7	..

Fonte: The OECD key economic indicators (KEI) online dataset. Disponível em: <http://stats.oecd.org>. Acesso em 28 Mar. 2019.

Notas: As taxas de desemprego selecionadas para comparações internacionais foram ajustadas sazonalmente e harmonizadas pelo Escritório de Estatísticas da OCDE ao conceito de desemprego adotado pelo Escritório de Estatísticas da Comunidade Europeia (EUROSTAT). Além do EUROSTAT, os *surveys* domiciliares sobre a força de trabalho, dos Escritórios de Estatísticas dos governos nacionais do Canadá, dos Estados Unidos, da Austrália, do Japão, da Coreia do Sul e da Suíça foram desenhados de modo a permitir a produção destas estatísticas – seguindo as recomendações da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

(1) Estimativa do autor para série com ajuste sazonal pelo método X-13 ARIMA sobre os dados originais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Mensal (PNADC-Mensal), do IBGE (foi considerado mês de referência o último de cada trimestre móvel). Software utilizado disponível para download em: <https://www.census.gov/srd/www/x13as/>. (2) Última referência disponível: dezembro/2018. (3) Dados disponíveis somente em séries trimestrais (foi considerado mês de referência o último de cada trimestre). (4) Dados relativos ao mês de janeiro de 2019.

Em relação aos trimestres anteriores, continua a se observar nessa amostra redução do número de transições favoráveis nos mercados de trabalho nacionais. Embora o quadro geral ainda seja majoritariamente positivo, surgem os primeiros sinais de que a expansão cíclica se encontra próxima (ou já alcançou) do ponto de reversão em boa parte dos países para os quais os dados estão disponíveis.

A tabela 4 apresenta a taxa de inflação acumulada em doze meses para uma amostra com trinta e quatro países membros da OCDE e oito não membros. Nesta amostra, o número de países em processo de aceleração inflacionária reduziu de trinta e cinco ao longo de 2018 (março a setembro) para oito (setembro a fevereiro), enquanto que o número de países com desinflação aumentou de cinco para trinta e um: essa é mais uma forte evidência de reversão do ciclo de expansão global. Apenas Argentina e Turquia operam em desarranjo macroeconômico com inflação acima de dois dígitos.

Nos quatorze países com taxa de inflação menor que 2% em setembro de 2018, houve redução adicional até fevereiro de 2019 em nove casos: Alemanha, Austrália, Grécia, Irlanda, Itália, Japão, Polônia, Portugal e Suíça. Na Finlândia e em Israel ocorreram oscilações entre setembro e dezembro, mas em fevereiro a taxa de inflação havia retornado ao mesmo nível de setembro; na Nova Zelândia permaneceu estável do terceiro para o quarto trimestre do ano passado. Apenas em dois casos houve ligeira aceleração inflacionária: na Dinamarca e na Holanda.

Nos vinte e cinco países com taxa de inflação maior ou igual a 2%, porém inferior ou igual a 5% em setembro de 2018, houve redução da taxa de inflação em vinte e um casos: África do Sul, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Coreia do Sul, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Hungria, Indonésia, México, Noruega, Reino Unido e Suécia. Em apenas quatro casos houve aceleração inflacionária: Islândia, Luxemburgo, República Tcheca e Rússia.

Nos três países com taxa de inflação maior do que 5% em setembro do ano passado, ocorreu aceleração da inflação na Argentina, de 40,5% para 51,3%, e na Índia, de 5,6% para 7%. Na Turquia, houve desinflação, de 24,5% para 19,7%.

Percebe-se que a predominância de transições com desinflação, numa gama ampla e variada de países não só da União Europeia, mas também nas Américas e na Ásia, é consistente com a narrativa extraída da observação dos dados referentes à evolução do nível de atividade e do mercado de trabalho desses países, e que nos permite a seguinte consideração: já se consolidou a reversão do último ciclo de expansão da economia mundial, mas ainda não há sinais de que essa reversão possa produzir uma desaceleração tão intensa e disseminada (inclusive com prevalência de deflação em boa parte dos países) como no último episódio registrado entre 2015 e 2016.

Tabela 4: Índice de preços ao consumidor: Variação acumulada em doze meses – Países selecionados – dezembro 2017 - fevereiro 2019 (Em %) (variação acumulado em doze meses)

Países selecionados	Dez. 2017	Mar. 2018	Jun. 2018	Set. 2018	Dez. 2018	Fev. 2019
África do Sul	4,5	3,7	4,4	4,8	4,4	4,1
Alemanha	1,4	1,5	1,9	1,9	1,6	1,5
Argentina	24,8	25,4	29,5	40,5	47,6	51,3
Austrália (1)	1,9	1,9	2,1	1,9	1,8	..
Áustria	2,2	1,9	2,0	2,0	1,9	1,5
Bélgica	2,1	1,4	2,1	2,3	2,3	2,2
Brasil	2,9	2,7	4,4	4,5	3,7	3,9
Canadá	1,9	2,3	2,5	2,2	2,0	1,5
Chile	2,3	1,8	2,5	3,1	2,6	2,2
China	1,8	2,1	1,9	2,5	1,9	1,5
Colômbia	4,1	3,1	3,2	3,2	3,2	3,0
Coreia do Sul	1,4	1,2	1,5	2,1	1,3	0,5
Dinamarca	1,0	0,5	1,1	0,6	0,8	1,0
Eslováquia	1,8	2,4	2,8	2,7	2,0	2,3
Eslovênia	1,7	1,2	2,1	2,0	1,4	1,2
Espanha	1,1	1,2	2,3	2,3	1,2	1,1
Estados Unidos	2,1	2,4	2,9	2,3	1,9	1,5
Estônia	3,4	2,8	4,0	3,6	3,4	1,9
Finlândia	0,5	0,8	1,2	1,3	1,2	1,3
França	1,2	1,6	2,0	2,2	1,6	1,3
Grécia	0,7	-0,2	1,0	1,1	0,6	0,6
Holanda	1,3	1,0	1,7	1,9	2,0	2,6
Hungria	2,1	2,0	3,1	3,6	2,7	3,1
Índia	4,0	4,4	3,9	5,6	5,2	7,0
Indonésia	3,6	3,4	3,1	2,9	3,1	2,6
Irlanda	0,4	0,2	0,4	0,9	0,7	0,6
Islândia	1,9	2,8	2,6	2,7	3,7	3,0
Israel	0,4	0,2	1,3	1,2	0,8	1,2
Itália	0,9	0,8	1,3	1,4	1,1	1,0
Japão	1,0	1,1	0,7	1,2	0,3	0,2
Luxemburgo	1,4	1,1	1,4	2,0	1,9	2,1
México	6,8	5,0	4,6	5,0	4,8	3,9
Noruega	1,6	2,2	2,6	3,4	3,5	3,0
Nova Zelândia (1)	1,6	1,1	1,5	1,9	1,9	..
Polónia	2,1	1,3	2,0	1,9	1,1	1,2
Portugal	1,5	0,7	1,5	1,4	0,7	0,9
Reino Unido	2,7	2,3	2,3	2,2	2,0	1,8
República Tcheca	2,4	1,7	2,6	2,3	2,0	2,7
Rússia	2,5	2,4	2,3	3,4	4,3	5,2
Suécia	1,7	1,9	2,1	2,3	2,0	1,9
Suíça	0,8	0,8	1,1	1,0	0,7	0,6
Turquia	11,9	10,2	15,4	24,5	20,3	19,7

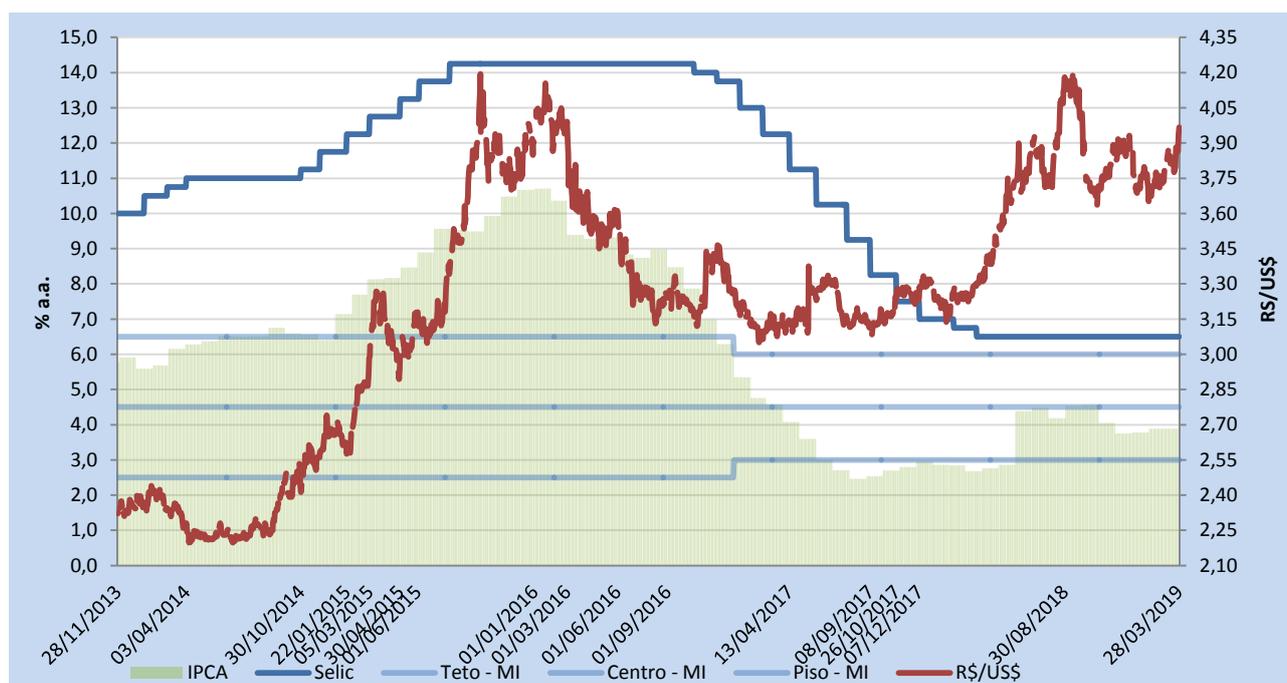
Fonte: The OECD key economic indicators (KEI) online dataset. Disponível em: <http://stats.oecd.org>. Acesso em 28 Mar. 2018.

Notas: (1) Dados disponíveis somente em séries trimestrais (foi considerado mês de referência o último de cada trimestre).

## ECONOMIA BRASILEIRA: CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS E INDICADORES MACROECONÔMICOS SELECIONADOS

No Brasil, a desinflação iniciada em fevereiro de 2016 já estava consolidada em abril de 2017, quando a variação do IPCA acumulada em doze meses ficou abaixo do centro da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); fato que não se verificava na economia brasileira desde agosto de 2010. De julho de 2017 até maio de 2018, permaneceu abaixo de 3%. Em junho, houve o repique dos preços causado pelas restrições de oferta durante a greve dos caminhoneiros, e no biênio setembro-outubro chegou a ficar acima da meta. Aparentemente, esse choque finalmente se dissipou a partir de novembro do ano passado (gráfico 1).

Gráfico 1: Taxa de juros – Selic (meta fixada pelo COPOM), taxa de câmbio comercial para compra (média diária) e IPCA (variação acumulada em 12 meses) – Brasil – 28 novembro de 2013 - 28 março de 2019



Fonte: Banco Central do Brasil, Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>. Acesso em 29 Mar. 2019.

O comportamento recente dos preços na economia brasileira possibilitou uma atuação mais incisiva do Comitê de Política Monetária (COPOM) na condução do ciclo de queda da meta para a taxa Selic (a taxa de juros básica no país), e a partir da reunião de 13/04/2017 foram aplicados quatro cortes consecutivos de cem pontos, um corte de setenta e cinco pontos na reunião de 26/10/2017, um corte de cinquenta pontos na reunião de 07/12/2017, e dois cortes de vinte e cinco pontos a partir da reunião de 08/02/2018. Entretanto, desde 22/03/2018 a taxa nominal de juros está fixada em 6,5%, apesar da fraqueza com que

evolui o lento processo de recuperação do nível de atividade no país (dado que o choque de preços da greve dos caminhoneiros sempre foi reconhecido como de natureza transitória).

Ao longo do ano passado, a taxa de câmbio evoluiu de uma média nominal em torno de R\$ 3,25/US\$ 1 no primeiro trimestre para R\$ 3,60/US\$ 1 no segundo trimestre e R\$ 3,95/US\$ 1 no terceiro trimestre. Daí, arrefeceu para R\$ 3,80/US\$ 1 no último trimestre do ano passado e R\$ 3,75/US\$ 1 nos três primeiros meses de 2019.<sup>3</sup>

O repique da inflação acumulada em doze meses, em junho e julho últimos, resultou de uma combinação dos efeitos de restrição da oferta causada pela greve dos caminhoneiros com a entrada em vigor de bandeiras tarifárias nos preços da eletricidade. A evolução da taxa de variação dos preços de produtos comercializáveis, que vinha em deflação desde agosto de 2017, tornou-se positiva em junho e alcançou cerca de 2% desde agosto de 2018, enquanto que a dos preços monitorados<sup>4</sup> aumentou de 3,3% em junho de 2017 para 11,8% e junho de 2018; de julho do ano passado em diante, passou a contribuir com a redução da inflação geral, tendo alcançado 5,7% em fevereiro de 2019 (gráfico 2).

O PIB real atingiu o seu menor nível no 4º trimestre de 2016 (8,2% abaixo do observado no primeiro trimestre de 2014). A recuperação no 1º trimestre de 2017 foi muito dependente do desempenho da oferta agropecuária, sem correspondência ativação da demanda interna. Na sequência, ao longo de 2017 e no primeiro semestre de 2018, houve uma boa resposta do consumo das famílias, parcialmente influenciada pelo evento *once and for all* da liberação de saldos inativos das contas do FGTS. Daí em diante, a economia brasileira entrou em novo estágio de relativa estagnação do nível de atividade (gráfico 3).

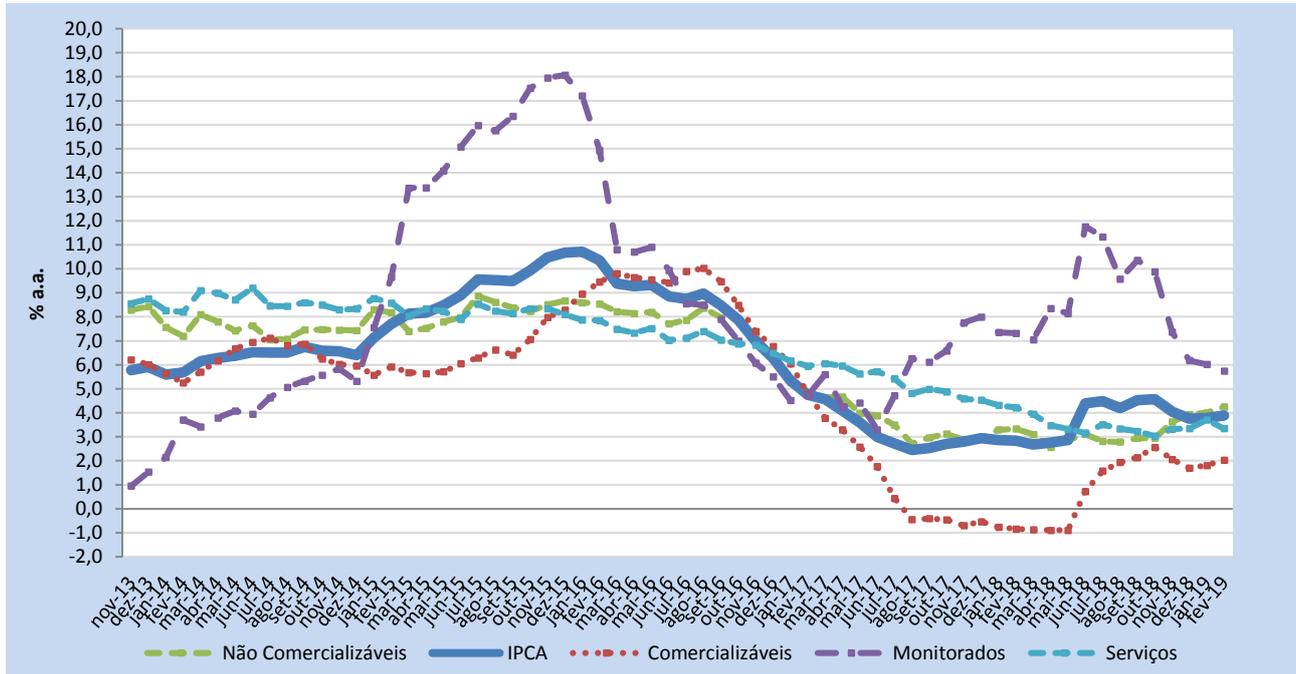
O ajuste no setor externo se aprofundou ao longo de 2017, quando o superávit em transações reais (exportações menos importações de bens e serviços produtivos) acumulado em quatro trimestres avançou de 0,6% do PIB no início do ano para 1,0% no último trimestre, mas se revela excessivamente dependente da fraqueza na atividade econômica interna, pois mesmo uma tímida recuperação como a observada na economia brasileira no ano passado foi associada à redução desse indicador para 0,3% no 3º trimestre de 2018, com ligeira reversão para 0,5% no último trimestre do ano passado (gráfico 4) exatamente quando os investimentos relacionados com a importação de máquinas e equipamentos voltaram a se retrair.

---

<sup>3</sup> Do início de 2016 a meados do ano passado, o Banco Central desmontou suas posições em *swaps* cambiais e passou a dispor de um razoável grau de liberdade para, eventualmente, atuar contra movimentos especulativos no mercado de câmbio. O estoque de contratos de swap cambial reduziu de mais de US\$ 100 bilhões para menos de US\$ 28 bilhões em maio de 2017. Em junho de 2018, foi ampliado para mais de US\$ 60 bilhões. Desde 2009, o Banco Central não vende dólar à vista.

<sup>4</sup> Para a definição de preços administrados e monitorados, bem com do peso dos diversos itens desse grupo, consulte a publicação do Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2005-Pre%C3%A7os%20Administrados.pdf>. Acesso em 13/09/2018.

Gráfico 2: Grupos de produtos do IPCA (variação acumulada em 12 meses) – Brasil – novembro de 2013 – fevereiro de 2019



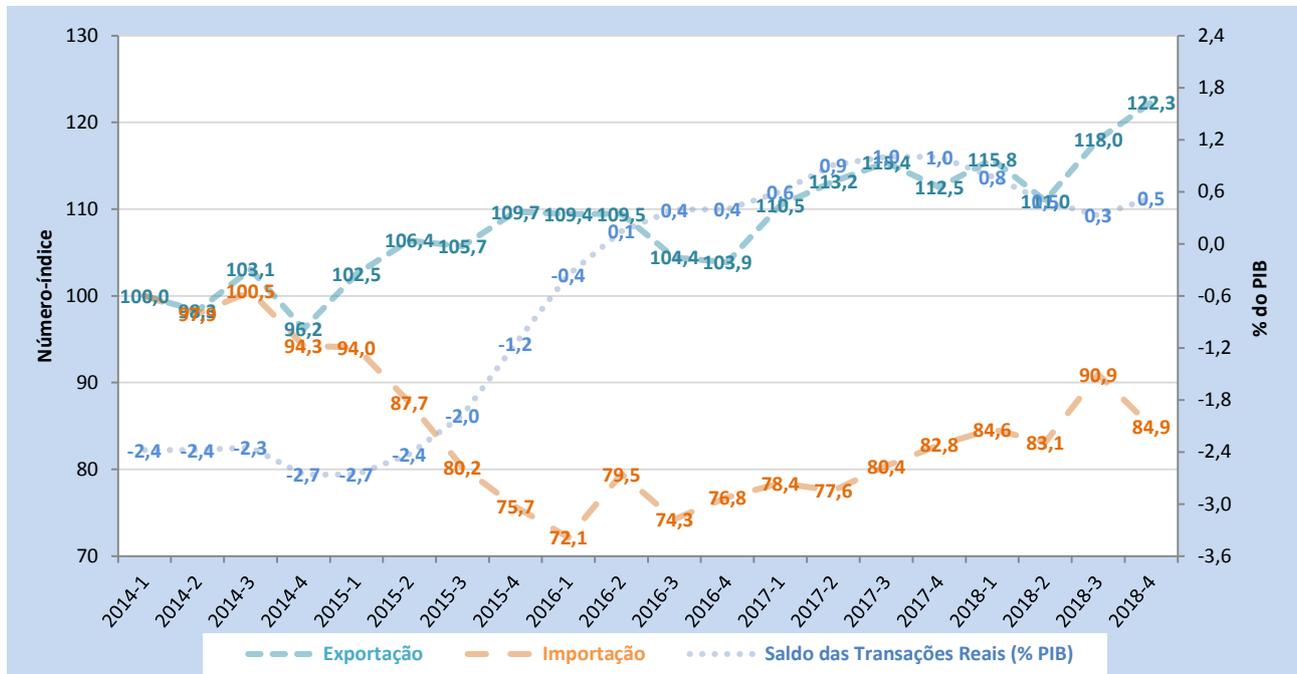
Fonte: Banco Central do Brasil, Sistema Gerenciador de Séries Temporais. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/SERIESTEMPORAIS>. Acesso em 29 Mar. 2018.

Gráfico 3: Série encadeada dos componentes da absorção interna de bens e serviços: índices de volume com ajuste sazonal – Brasil – 1º trimestre de 2014 - 4º trimestre de 2018 Base: 1º trimestre 2014 = 100



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).

Gráfico 4: Série encadeada das exportações e importações internacionais de bens e serviços e saldo das transações reais: índices trimestrais de volume com ajuste sazonal e proporção do saldo acumulado em quatro trimestres das transações reais a preços correntes no PIB – Brasil – 1º trimestre de 2014-4º trimestre de 2018 Base: 1º trimestre 2014 = 100

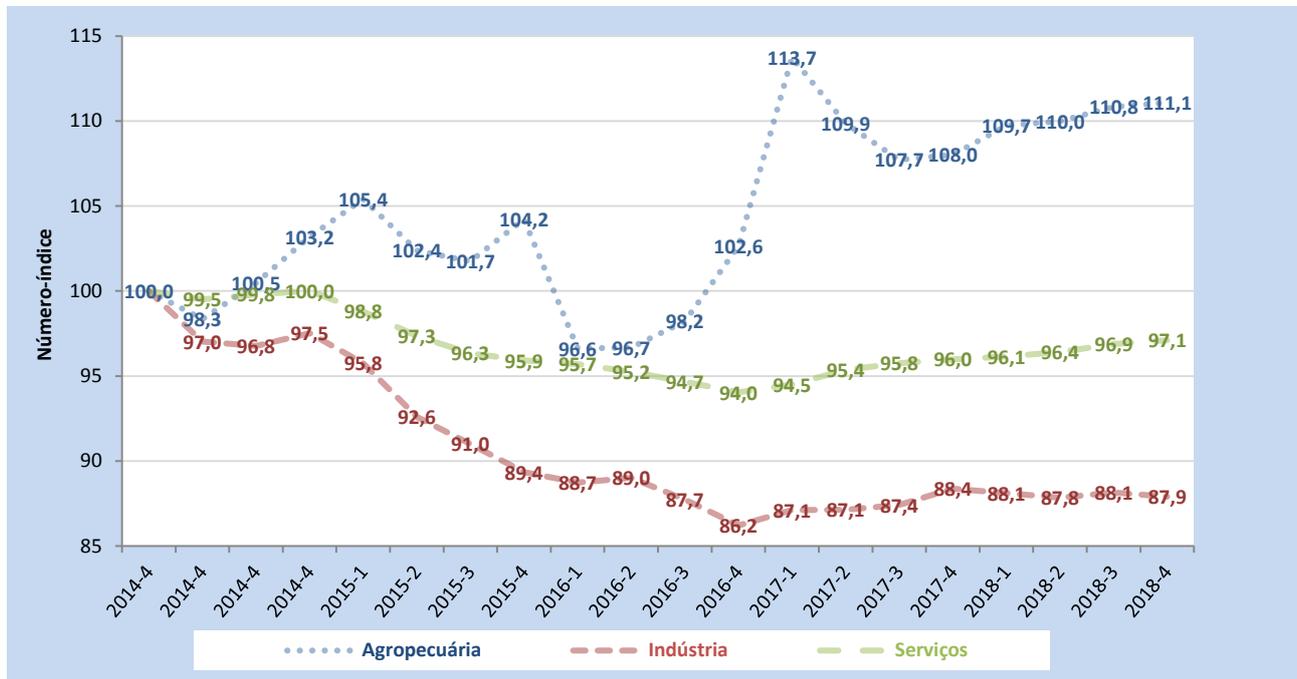


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).

Na análise pela ótica da oferta, o efeito-safra na agricultura, extremamente favorável em 2017, foi inteiramente capturado na mudança de patamar do índice de volume do valor adicionado bruto do setor agropecuário logo no primeiro trimestre do ano passado, não se repetindo nos trimestres seguintes. Nos serviços, a lenta e contínua recuperação do nível de atividade vem sustentando o resultado agregado para o conjunto da economia brasileira (gráfico 5).

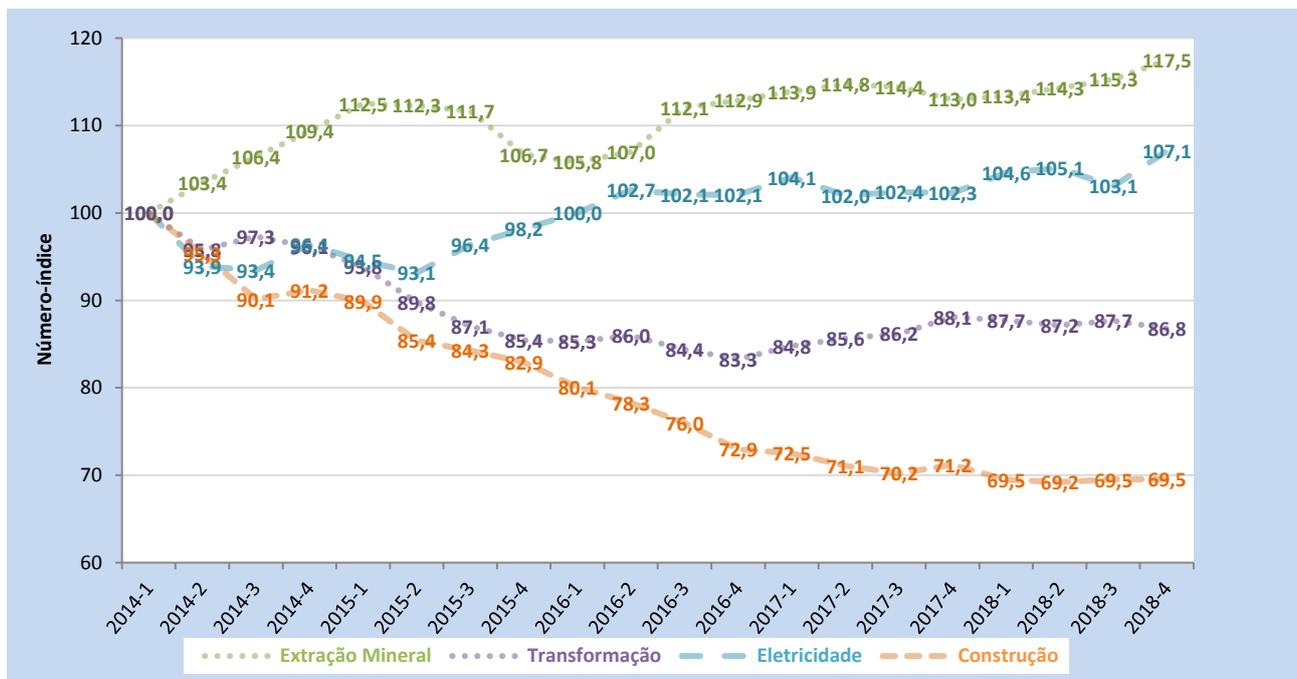
Nos subsetores da indústria, o índice de volume da extração mineral no segundo trimestre de 2018 estava abaixo do observado no mesmo período em 2017, somente retomando uma trajetória de expansão da produção no segundo semestre do ano passado. Na manufatura, a recuperação observada ao longo de 2017 esgotou-se, predominando durante todo o ano passado uma relativa estagnação com ligeira retração do nível de atividade. Nas utilidades públicas, o volume de produto no terceiro trimestre de 2018 estava abaixo do observado no primeiro trimestre de 2017, confirmando o quadro de estagnação generalizada no setor industrial; embora tenha apresentado no quarto trimestre do ano passado expansão de 3,9% em relação ao trimestre anterior na série com ajuste sazonal. Na construção, ainda não houve recuperação consistente do nível de atividade desde o início da crise em 2014 (gráfico 6).

Gráfico 5: Série encadeada do valor adicionado, por grande setor de atividade: Índices de volume com ajuste sazonal – Brasil – 1º trimestre de 2014 - 4º trimestre de 2018 Base: 1º trimestre de 2014 = 100



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).

Gráfico 6: Série encadeada do valor adicionado, por setor de atividade industrial: Índices de volume com ajuste sazonal – Brasil – 1º trimestre de 2014 - 4º trimestre de 2018 Base: 1º trimestre 2014 = 100



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados originais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Sistema Gerenciador de Séries Temporais*. Disponível em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>.

Acesso em 28 mar. 2019.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. *World Economic Outlook Update: A Weakening Global Expansion*,

Jan. 2019. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO>. Acesso em 03 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. *World Economic Outlook Database October 2018*. Disponível em:

<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/02/weodata/index.aspx>. Acesso em 03 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>. Acesso em 28 mar. 2019.

OECD. *The OECD key economic indicators (KEI) online dataset*. Disponível em: <https://stats.oecd.org/#>.

Acesso em 28 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. *The OECD quarterly national accounts (QNA) online dataset*. Disponível em:

<https://stats.oecd.org/#>. Acesso em 28 mar. 2019.

## NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA EM MINAS GERAIS

*Carla Cristina Aguilár de Souza*<sup>5</sup>

*Marco Paulo Vianna Franco*<sup>6</sup>

*Raimundo de Sousa Leal Filho*<sup>7</sup>

*Thiago Rafael Corrêa de Almeida*<sup>8</sup>

### RESUMO

Nesta seção do relatório de análise da conjuntura econômica de Minas Gerais, são apresentados e discutidos os dados referentes aos nove setores de atividade do PIB trimestral: a agropecuária; a extração mineral; a indústria de transformação e seus principais ramos de produção; a indústria da construção; as utilidades públicas de produção e distribuição de eletricidade, água, esgoto, limpeza urbana e saneamento; o comércio; os transportes e a armazenagem; o conjunto de outros serviços do setor privado e a administração pública.

**PALAVRAS CHAVE:** PIB, Agropecuária, Indústria, Serviços, Minas Gerais.

### ABSTRACT

*This section of the Minas Gerais's economic outlook presents and discusses data concerning the nine main activity groups of the Quarterly GDP: agriculture, forestry, fishing, and hunting; mining; manufacturing and its most important subgroups; construction; public utilities – composed of electricity, water, sewage systems, urban cleansing and sanitation; wholesale and retail trade; transportation and warehousing; other services, except government; and government.*

**KEY-WORDS:** GDP, Agriculture and Forestry, Industry, Services, Minas Gerais.

---

5 Pesquisadora da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), doutora em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: carla.aguilár@fjp.mg.gov.br.

6 Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), doutor em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: marco.franco@fjp.mg.gov.br.

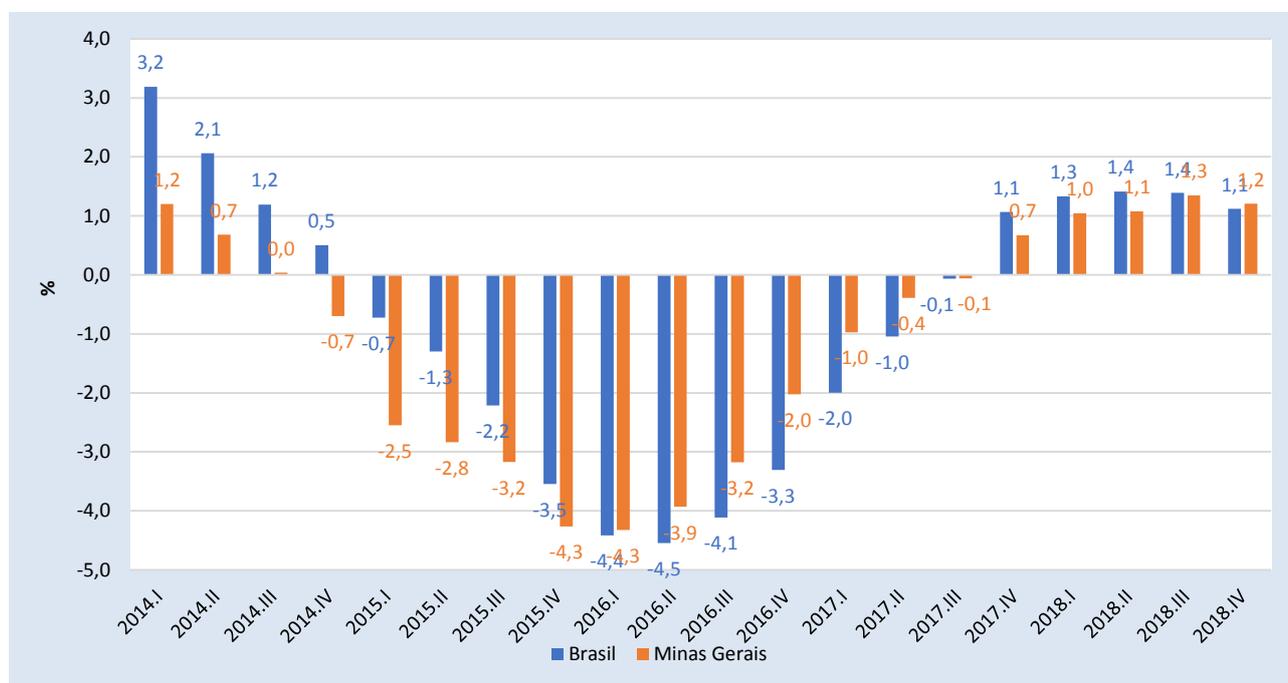
7 Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), doutor em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: raimundo.sousa@fjp.mg.gov.br.

8 Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), mestre em administração pública (EG/FJP). E-mail: thiago.almeida@fjp.mg.gov.br.

## INTRODUÇÃO

O produto interno bruto (PIB) gerado na economia de Minas Gerais em 2018 foi 1,2% superior ao de 2017 em termos reais. Esse resultado foi ligeiramente superior ao crescimento estimado para a economia brasileira no mesmo período, de 1,1% (gráfico 1). Tanto para Minas, quanto para o país, os dados relativos ao desempenho da economia indicam que a recuperação iniciada no primeiro trimestre de 2017 perdeu alento ao longo do ano passado e ameaçou retroceder ou evoluir para uma situação de estagnação econômica.

Gráfico 1: Índice de volume do Produto Interno Bruto Trimestral (taxa de variação acumulada em doze meses) – Minas Gerais e Brasil – 2014-2018



Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), Núcleo de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nas atividades do setor de serviços, o crescimento acumulado do Valor Adicionado (VA) em 2018 foi de apenas 1,3% em Minas Gerais. Entre essas atividades, houve expansão de 2,4% no índice de volume do VA de comércio (inclusive serviços de manutenção e reparação) e de 1,2% no agregado de “outros serviços”. Por outro lado, houve retração de -1,2% no produto real dos serviços de transporte, armazenamento e correio e de -0,4% na administração pública (tabela 1). Vale notar que, no Brasil, o crescimento real do agregado de todas as atividades de serviços também foi de 1,3% no ano passado.

Além dos serviços, as atividades do setor agropecuário contribuíram positivamente para o desempenho econômico de Minas Gerais. Na comparação com o volume real do VA de 2017, o resultado acumulado em

2018 foi 5,7% superior (tabela 1), influenciado principalmente pelo aumento da produção de café, soja e leite. No Brasil, o VA agropecuário apresentou somente uma pequena oscilação positiva de 0,1%.

Tabela 1: Produto Interno Bruto e Atividades Econômicas – Taxas de Variação (%) – Minas Gerais e Brasil – 4º trim. 2018

AGREGADOS MACROECONÔMICOS	Trimestre/trimestre imediatamente anterior (série com ajuste sazonal)	Trimestre/igual trimestre do ano anterior	Acumulada no ano	Acumulada em doze meses
<b>Minas Gerais</b>				
<b>PIB</b>	<b>0,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>
<b>VA</b>	<b>0,5</b>	<b>1,4</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>-2,8</b>	<b>5,3</b>	<b>5,7</b>	<b>5,7</b>
<b>Indústria</b>	<b>-0,9</b>	<b>1,1</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,3</b>
Ind. Extrativa Mineral	0,4	5,7	-2,0	-2,0
Ind. de Transformação	1,7	1,1	0,9	0,9
Construção Civil	0,3	0,7	-0,4	-0,4
Energia e Saneamento	-4,6	-2,5	-4,1	-4,1
<b>Serviços</b>	<b>-0,3</b>	<b>0,4</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>
Comércio	0,5	1,2	2,4	2,4
Transportes	-1,6	0,3	-1,2	-1,2
Administração Pública	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4
Outros Serviços (1)	-0,5	-0,5	1,2	1,2
<b>Brasil</b>				
<b>PIB</b>	<b>0,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
<b>VA</b>	<b>0,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>0,2</b>	<b>2,4</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>
<b>Indústria</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,5</b>	<b>2,3</b>	<b>2,3</b>
Ind. Extrativa Mineral	1,9	3,9	1,0	1,0
Ind. de Transformação	-1,0	-1,5	1,3	1,3
Construção Civil	0,1	-2,2	-2,5	-2,5
Energia e Saneamento	3,9	4,6	2,3	2,3
<b>Serviços</b>	<b>0,2</b>	<b>1,1</b>	<b>1,3</b>	<b>1,3</b>
Comércio	-0,1	0,9	2,3	2,3
Transportes	-0,3	1,7	2,2	2,2
Administração Pública	0,1	0,1	0,2	0,2
Outros Serviços (1)	0,4	1,6	1,4	1,4

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), Núcleo de Contas Regionais; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Outros serviços incluem: serviços de alojamento e alimentação; serviços de informação e comunicação; intermediação financeira, seguros e previdência complementar; atividades profissionais, científicas, técnicas e administrativas; educação e saúde privada; serviços domésticos; artes, cultura, esporte, recreação e outras atividades de serviços e, por fim, atividades imobiliárias e aluguéis (inserida ao agrupamento de outros serviços após a incorporação da retroposição e conclusão dos aperfeiçoamentos metodológicos na referência 2010).

Na indústria, o VA estimado para 2018 em Minas Gerais foi -0,3% menor em termos reais na comparação com o ano anterior. Esse resultado ocorreu apesar da variação positiva entre as atividades manufatureiras, responsáveis pela geração de cerca de 55% do total do VA industrial no estado. O acréscimo de 0,9% no volume de VA da indústria de transformação não foi suficiente para compensar as retrações estimadas em -4,1% nas utilidades públicas (água e eletricidade principalmente), -2,0% nas indústrias extrativas e -0,4% na construção (tabela 1). O VA industrial brasileiro teve expansão real de 2,3% em 2018.

## COMPARAÇÃO COM O TRIMESTRE ANTERIOR

Em Minas Gerais, o PIB do quarto trimestre de 2018 expandiu-se 0,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior. A indústria de transformação foi fundamental para a manutenção da taxa positiva do produto agregado estadual tendo em vista o crescimento de 1,7% no índice de volume agregado pelo setor industrial manufatureiro. Esse resultado interrompeu uma sequência de quatro trimestres consecutivos com resultados negativos observados na indústria de transformação mineira na série com ajuste sazonal. No Brasil, o PIB também apresentou um ligeiro crescimento de 0,1% (quase estabilidade) na mesma base de comparação. Diferentemente do ocorrido na economia mineira, porém, os setores agropecuário e de serviços foram determinantes para o resultado do quarto trimestre em âmbito nacional (incremento de 0,2%), ao passo que a indústria (recoo de 0,3%) e, particularmente, a indústria de transformação (retração de 1,0%) apontaram diminuição no nível de atividade econômica.

O desempenho da produção no setor agropecuário é influenciado por fatores que atuam afetando a oferta, como as características específicas das lavouras e das criações de animais, aspectos climáticos como a ocorrência de geadas, de excesso ou escassez de chuvas etc. Considerando a influência das principais culturas que têm grande parte da sua colheita realizada no quarto trimestre em Minas Gerais (gráfico A1) e com peso na estrutura produtiva estadual mineira, percebe-se o seguinte: a retração da quantidade produzida anualmente de mandioca (-42,0%), tomate (-20,8%), banana (-9,5%), do restante da cana-de-açúcar (-0,2%) e a retração da terceira safra de feijão (-13,3%) foram determinantes para o resultado negativo da agropecuária estadual no quarto trimestre de 2018 (-2,8%) em relação ao terceiro trimestre daquele ano. A queda só não foi mais acentuada em virtude da previsão anual positiva no Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA) de uva (20,6%), laranja (5,0%) e da terceira safra da batata-inglesa (1,5%) (tabela A1).

Na indústria de extração mineral, em que predomina a influência da produção de minério de ferro no resultado agregado no caso da economia mineira, houve ligeiro incremento no índice de volume do valor adicionado no quarto trimestre (0,4%) na série com ajuste sazonal. Esse resultado positivo não deve se repetir no curto prazo em razão do agravamento na situação de acompanhamento das barragens estaduais e da interrupção da operação de determinadas minas após mais um rompimento, desta feita na barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> De acordo com a Cia. Vale do Rio Doce, “após a ruptura da barragem em Brumadinho, a produção anualizada de minério de ferro da Vale foi impactada ao equivalente a cerca de 92,8 Mtpa (Milhões de toneladas por ano)”. VALE. *Produção e vendas da Vale no 4T18*, 2018. Disponível em: <[http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT4T18\\_p%2015.pdf](http://www.vale.com/PT/investors/information-market/quarterly-results/ResultadosTrimestrais/PREPORT4T18_p%2015.pdf)>. Acesso em: 03/04/2019.

Conforme mencionado anteriormente, a indústria de transformação estadual foi determinante para o resultado positivo do produto agregado de Minas Gerais no quarto trimestre. De fato, na comparação com o terceiro trimestre de 2018, houve expansão do índice de volume agregado de 1,7% e de 1,1% em relação ao mesmo trimestre de 2017. No Brasil, ao contrário, a indústria de transformação nos últimos três meses de 2018 recuou 1,0% na série com ajuste sazonal e 1,5% comparativamente ao mesmo período de 2017. No caso de Minas Gerais, na análise da taxa trimestral da série sem ajuste sazonal, percebe-se que o desempenho positivo esteve atrelado principalmente ao aumento na produção física de 27,8% de máquinas e equipamentos, de 10,5% na fabricação de derivados do petróleo e de biocombustíveis e de 6,5% na indústria metalúrgica (segmento com grande peso na estrutura produtiva industrial do estado) (tabela A2).

Na indústria da construção civil, a ligeira variação positiva de 0,3% do nível de atividade em relação ao trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal no estado e certa estabilidade em âmbito nacional (ligeiro crescimento de 0,1%), representam um alento para o setor que conviveu com taxas negativas desde meados de 2014 e que começa a apresentar alguns sinais de reversão do longo período com resultados desfavoráveis. Uma evidência nesse sentido está atrelada ao desempenho positivo de setores da cadeia da indústria da construção civil como o de fabricação de produtos de minerais não metálicos. Outro indício de uma recuperação ainda incipiente se manifesta na criação de postos de trabalho para o setor.

Nos serviços industriais de utilidade pública (energia e saneamento), o resultado negativo de -4,6% no quarto trimestre de 2018 vis-a-vis ao trimestre imediatamente anterior segue atrelado às especificidades do parque predominantemente hidroelétrico do estado e ao baixo nível do volume útil dos reservatórios. Eles perderam seu potencial gerador ao longo de 2018 e atingiram o patamar mínimo em novembro e dezembro daquele ano. Essa situação provocou uma utilização da matriz hidroelétrica estadual abaixo da usual no quarto trimestre do ano com reflexos no resultado agregado pelo setor no acumulado do ano.

Nos serviços, houve crescimento de 0,5% nas margens de comércio no quarto trimestre em Minas Gerais na análise da série com ajuste sazonal. No Brasil, ao contrário, a atividade comercial apresentou ligeiro decréscimo (-0,1%) na mesma base de comparação – quarto trimestre de 2018 em relação ao terceiro trimestre do mesmo ano. Os dados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) apontam para uma influência positiva dos seguintes setores para o resultado agregado do último trimestre de 2018 em Minas Gerais: o volume de vendas de hipermercados e supermercados; de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação; de veículos, motocicletas, partes e peças e de material de construção civil (tabela A3).

Por outro lado, os dados do Sistema de Contas Trimestrais apontaram forte redução nas margens de transporte em Minas Gerais (-1,6%) e, em menor magnitude, em âmbito nacional (-0,3%) no quarto trimestre de 2018 na análise da série com ajuste sazonal. Tudo indica que o encarecimento dos

combustíveis e derivados do petróleo afetou o nível de atividade dos serviços de transportes, sobretudo o rodoviário, e condicionou um claro movimento de substituição de combustíveis favorável ao incremento das vendas de álcool hidratado e redução do consumo de gasolina.

No conjunto de “outros serviços” do setor privado houve redução em Minas Gerais do índice de volume no quarto trimestre de 2018 (-0,5%) e incremento positivo no cenário nacional (0,4%) na série com ajuste sazonal. De acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), as atividades turísticas e os serviços prestados às empresas e às famílias apresentaram desempenho negativo no período em nível estadual (tabela A4).

### **VALORES CORRENTES**

Com a conclusão dos aperfeiçoamentos metodológicos no cálculo do PIB trimestral de Minas Gerais, que se tornou plenamente integrado ao Sistema de Contas Regionais na referência 2010, tornou-se possível a divulgação dos valores correntes setoriais do valor adicionado bruto (agropecuária, indústria e serviços) e do PIB mineiro a partir do novo ano de referência (2010) pelo Sistema de Contas Trimestrais de Minas Gerais. O PIB mineiro no quarto trimestre de 2018 totalizou quase R\$ 156,0 bilhões. O valor adicionado da agropecuária registrou R\$ 1,8 bilhão; o da indústria, R\$ 37,2 bilhões; o dos serviços, R\$ 97,1 bilhões; totalizando R\$ 136,0 bilhões de VAB em termos nominais. Com o resultado do quarto trimestre, o PIB mineiro totalizou R\$ 598,5 bilhões em 2018 (tabela 2).

Tabela 2: Produto Interno Bruto e Valor Adicionado das Atividades Econômicas – Valores Corrente (R\$ 1.000.000) – Minas Gerais – 1º Trimestre/2010-4º Trimestre/2018

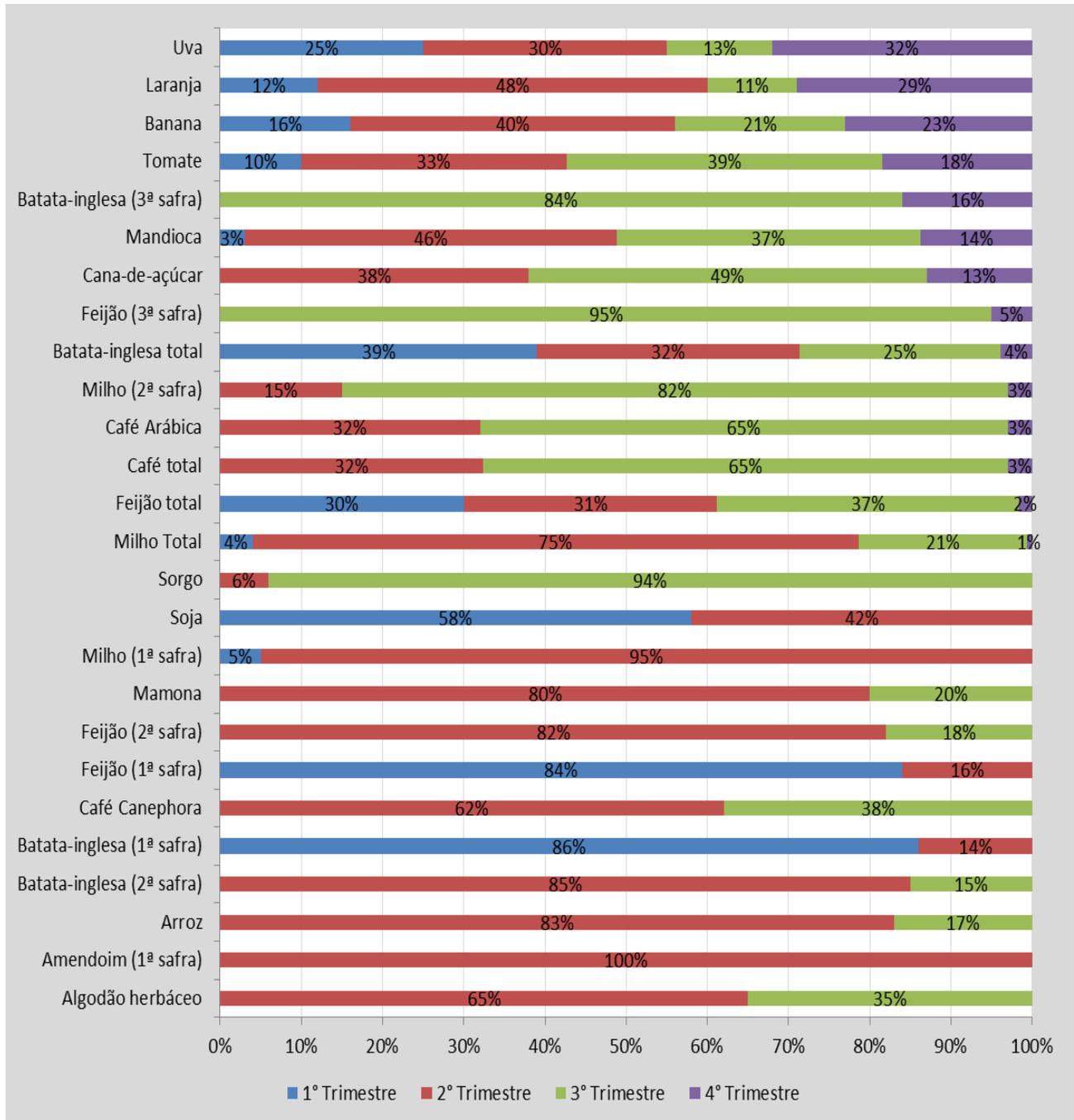
Trimestre	Valor Adicionado Bruto			Produto Interno Bruto
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
2010.I	3.199	21.442	43.069	<b>78.220</b>
2010.II	6.367	24.721	45.123	<b>87.413</b>
2010.III	5.047	27.617	46.898	<b>91.226</b>
2010.IV	2.473	27.491	51.727	<b>94.264</b>
2011.I	5.437	25.971	48.728	<b>92.035</b>
2011.II	10.169	27.946	50.811	<b>101.250</b>
2011.III	6.321	31.126	52.632	<b>102.553</b>
2011.IV	1.869	30.907	57.716	<b>104.287</b>
2012.I	5.077	26.584	56.686	<b>101.230</b>
2012.II	10.596	29.039	58.383	<b>111.562</b>
2012.III	8.332	32.226	60.595	<b>114.949</b>
2012.IV	1.553	32.281	65.744	<b>114.542</b>
2013.I	4.961	29.196	63.939	<b>111.926</b>
2013.II	9.839	31.366	66.161	<b>121.885</b>
2013.III	7.075	35.714	68.751	<b>126.023</b>
2013.IV	2.189	34.894	74.725	<b>128.172</b>
2014.I	5.983	31.998	71.188	<b>124.443</b>
2014.II	9.943	31.214	72.341	<b>128.615</b>
2014.III	6.542	34.675	74.441	<b>130.717</b>
2014.IV	3.117	33.011	79.699	<b>132.859</b>
2015.I	5.627	27.968	74.943	<b>123.630</b>
2015.II	9.642	28.588	75.843	<b>129.112</b>
2015.III	6.712	31.936	78.183	<b>131.959</b>
2015.IV	2.458	30.808	84.734	<b>134.630</b>
2016.I	6.118	25.971	77.677	<b>125.736</b>
2016.II	13.315	28.576	79.418	<b>137.592</b>
2016.III	10.857	31.894	81.654	<b>140.701</b>
2016.IV	2.926	31.943	87.947	<b>140.605</b>
2017.I	7.410	29.471	82.551	<b>136.036</b>
2017.II	12.661	29.658	83.783	<b>143.057</b>
2017.III	6.298	33.021	85.933	<b>142.383</b>
2017.IV	889	32.711	94.047	<b>146.965</b>
2018.I	6.050	28.821	86.548	<b>139.159</b>
2018.II	12.828	31.992	87.394	<b>150.164</b>
2018.III	7.515	37.299	89.787	<b>153.211</b>
2018.IV	1.750	37.220	97.072	<b>155.990</b>

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (DIREI), Núcleo de Contas Regionais.

Nota: (1) Os resultados trimestrais de 2017 e de 2018 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

**ANEXO ESTATÍSTICO**

Gráfico A1: Proporção da safra anual colhida em Minas Gerais, por trimestre – 2017



Fonte: Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Minas Gerais (GCEA). Percentual de safra colhido até o encerramento do quarto trimestre de 2017 conforme o Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA).

Tabela A1: Dados da Previsão de Safra anual e variação da safra prevista (2018/2017) (%) de Minas Gerais.

Produto das lavouras	Safra 2017	Safra 2018	Taxa de variação	Participação na produção nacional (%)	
			%	2017	2018
Cereais, leguminosas e oleaginosas	14.152,2	13.694,3	-3,2	5,9	6,0
Algodão herbáceo	59,9	92,6	54,6	1,6	1,9
Amendoim (1ª Safra)	9,4	12,0	28,4	1,8	2,2
Arroz	15,3	8,8	-42,7	0,1	0,1
Aveia	6,3	17,6	182,1	1,0	2,0
Feijão (1ª Safra)	192,9	177,7	-7,9	12,4	11,7
Feijão (2ª Safra)	170,6	148,8	-12,8	14,4	14,8
Feijão (3ª Safra)	190,5	165,2	-13,3	35,0	36,2
Girassol	17,0	5,7	-66,7	16,5	4,1
Milho (1ª Safra)	5.780,2	4.570,7	-20,9	18,6	17,8
Milho (2ª Safra)	1.743,8	2.092,9	20,0	2,5	3,8
Soja	5.047,7	5.436,0	7,7	4,4	4,6
Sorgo	720,5	803,7	11,6	33,5	35,7
Trigo	221,3	198,7	-10,2	5,2	3,7
Banana	847,1	766,3	-9,5	11,8	11,4
Batata - inglesa (1ª Safra)	572,1	411,7	-28,0	29,1	25,2
Batata - inglesa (2ª Safra)	386,4	429,8	11,2	31,3	36,4
Batata - inglesa (3ª Safra)	304,3	308,8	1,5	28,2	30,0
Cacau	0,2	0,1	-38,1	0,1	0,0
Café arábica	1.483,5	1.888,2	27,3	70,8	70,1
Café canéfora	22,3	16,5	-26,2	3,3	1,8
Cana-de-açúcar	70.965,1	70.797,2	-0,2	10,3	10,5
Laranja	899,6	944,5	5,0	4,8	5,7
Mandioca	840,9	487,3	-42,0	4,1	2,5
Tomate	676,4	535,9	-20,8	15,5	13,1
Uva	13,1	15,8	20,6	0,8	1,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Levantamento Sistemático de Produção Agrícola (LSPA). Previsão de Safra em Fevereiro de 2019. Acesso em: 20/3/2019.

Tabela A2: Taxas de variação (%) da produção industrial do quarto trimestre e acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) por seções e atividades industriais – Minas Gerais e Brasil – 2018

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Brasil		Minas Gerais	
	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017
Indústria geral	-1,1	1,2	1,0	-1,0
Indústrias extrativas	4,5	1,3	5,7	-2,0
Indústrias de transformação	-2,0	1,1	-0,6	-0,7
Fabricação de produtos alimentícios	-8,0	-5,1	-8,8	-6,5
Fabricação de bebidas	-3,0	0,7	2,7	0,7
Fabricação de produtos do fumo	-4,5	-4,0	-8,6	-6,3
Fabricação de produtos têxteis	-4,6	-2,4	-10,6	-8,9
Fabricação de celulose e papel	2,6	4,9	4,1	-0,4
Fabricação de derivados do petróleo e de biocombustíveis	-1,4	1,1	10,5	2,7
Fabricação de outros produtos químicos	-3,4	-0,5	-4,0	1,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	1,9	0,4	3,2	3,3
Metalurgia	0,0	4,0	6,5	5,1
Fabricação de produtos de metal	4,3	2,6	-11,4	-11,4
Fabricação de máquinas e equipamentos	1,0	3,7	27,8	23,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,7	12,6	-7,8	-3,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF). Acesso em: 21/3/2019.

Tabela A3: Taxas de variação (%) do volume de vendas do quarto trimestre e acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) por atividades – Minas Gerais e Brasil – 2018

Seções e atividades industriais (CNAE 2.0)	Brasil		Minas Gerais	
	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017
Varejo Ampliado	4,4	5,0	0,6	2,8
Varejo Restrito	2,2	2,3	-2,5	-0,1
Combustíveis e lubrificantes	-2,7	-5,0	-21,9	-17,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,1	3,7	9,2	9,8
Hipermercados e supermercados	2,4	4,0	10,2	10,8
Tecidos, vestuário e calçados	1,6	-1,5	-0,8	1,9
Móveis e eletrodomésticos	-2,0	-1,3	-23,2	-19,5
Móveis	-2,8	-3,3	-14,1	-15,9
Eletrodomésticos	-1,4	0,2	-24,5	-20,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,2	5,9	11,1	6,6
Livros, jornais, revistas e papelaria	-28,6	-14,7	-10,8	-5,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,9	0,1	10,4	12,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	8,5	7,6	-19,1	-11,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	13,3	15,1	15,6	18,8
Material de construção	2,5	3,5	6,0	4,6

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Acesso em: 21/3/2019.

Tabela A4: Taxas de variação (%) do índice de volume de serviços do quarto trimestre e acumulada no ano (em relação ao mesmo período do ano anterior) por atividades de serviços – Minas Gerais e Brasil – 2018

Atividades de serviços	Brasil		Minas Gerais	
	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017	4º Trim. 2018/ 4º Trim. 2017	2018/ 2017
Total	3,9	2,7	3,4	2,4
Prestados às famílias	5,1	2,1	-0,6	-0,9
Informação e comunicação	1,7	-0,5	0,5	-3,5
Profissionais, administrativos e complementares	2,0	1,6	-0,9	-1,1
Transportes, auxiliares aos transportes e correio	6,3	5,9	6,2	8,4
Outros	6,3	5,6	27,9	11,4
Atividades turísticas	3,4	2,0	-0,5	1,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Mensal de Serviços (PMS). Acesso em: 22/3/2019.

## COMÉRCIO INTERNACIONAL

*Maria Aparecida Sales Souza Santos<sup>10</sup>*

*Augusto Carvalho de Almeida<sup>11</sup>*

### RESUMO

Este capítulo apresenta um panorama da evolução e dos principais componentes do comércio internacional de Minas Gerais em 2018 baseado em informações compiladas da plataforma Comex Stat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Os dados apontam queda de 5,4% no valor exportado por Minas Gerais comparativamente a 2017, em contraposição ao crescimento de 10,2% do valor nacional exportado no mesmo período. A desvantagem no desempenho estadual deveu-se principalmente ao minério de ferro, principal produto da pauta exportadora do estado, que, além de cotações desfavoráveis, manteve o ritmo descendente de volume. As exportações de soja, ouro e celulose foram os destaques positivos em 2018.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comércio internacional, exportações, minério de ferro, Minas Gerais.

### ABSTRACT

*This chapter provides a general overview of the evolution and of the major components of the international trade of Minas Gerais during 2018 based on data from Brazilian Ministry of Industry, Foreign Trade and Services (MDIC), Comex Stat platform. Data indicates that Minas Gerais exports revenue declined 5,4% in 2018 compared to 2017, while the Brazil's increased 10,2%. The drawback Minas Gerais' performance has been due to iron ore, main product of the Minas exports. Beyond the disadvantage international prices, the iron ore has kept its demand declining. In the other hand, soy, gold and cellulose exports stood out in 2018.*

**KEYWORDS:** International trade, exports, Minas Gerais.

---

<sup>10</sup> Pesquisadora da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), mestre em administração pública (EG/FJP). E-mail: maria.aparecida.sales@fjp.mg.gov.br.

<sup>11</sup> Estagiário da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), graduando em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: augusto.almeida@fjp.mg.gov.br.

## DESEMPENHO DA BALANÇA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

As exportações de Minas Gerais totalizaram US\$24 bilhões em 2018, valor 5,4% inferior ao observado em 2017, de US\$25,3 bilhões. No mesmo ano, o Brasil registrou crescimento de 10,2%, de US\$217,7 bilhões para US\$239,9 bilhões. A participação mineira no total das exportações brasileiras diminuiu de 11,6% para 10%, o menor nível anual da série histórica. Também perdeu para o Rio de Janeiro a segunda posição nacional que ocupou desde 2004. No que se refere às importações, Minas Gerais registrou acréscimo nominal de 23,6%: de US\$ 7,3 bilhões para US\$ 9,1 bilhões. O saldo da balança comercial de US\$14,9 bilhões (25,3% do nacional) declinou 17,3% comparativamente ao ano anterior (tabela 1 e gráfico 1).

Tabela 1: Balança comercial – Brasil e cinco estados de maior exportação –2018 – (US\$ milhões FOB)

Especificação	Exportação			Importação			Saldo
	Valor (US\$ milhões FOB)	Part. (%) (1)	Variação (%) (2)	Valor (US\$ milhões FOB)	Part. (%) (1)	Variação (%) (2)	Valor (US\$ milhões FOB)
<b>Brasil</b>	<b>239.889</b>	<b>100,0</b>	<b>10,2</b>	<b>181.231</b>	<b>100,0</b>	<b>20,2</b>	<b>58.659</b>
São Paulo	52.258	21,8	3,2	60.829	33,6	10,1	-8.570
Rio de Janeiro	29.759	12,4	37,1	24.014	13,3	116,7	5.745
<b>Minas Gerais</b>	<b>23.966</b>	<b>10,0</b>	<b>-5,4</b>	<b>9.073</b>	<b>5,0</b>	<b>23,6</b>	<b>14.894</b>
Rio Grande do Sul	21.014	8,8	18,2	11.280	6,2	13,7	9.734
Paraná	20.041	8,4	10,9	12.370	6,8	7,4	7.671
Subtotal	147.039	61,3	10,1	117.566	64,9	23,6	29.473
Demais estados	92.851	38,7	10,3	63.665	35,1	14,4	29.186

Fontes: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Nota: FOB = Free on Board.

(1) Participação no valor total das exportações e das importações do país no período de referência. (2) Variação do valor das exportações e das importações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conforme o gráfico 1, as taxas de variação das receitas de exportação de Minas Gerais têm apresentado a mesma tendência brasileira, tanto nos crescimentos, quanto nas inflexões. Em 2018, porém, o Brasil continuou a crescer em relação ao ano anterior (de 17,5% para 10,2%), e Minas Gerais passou de um acréscimo de 15,6% para uma redução de 5,4%.

Gráfico 1: Evolução das exportações – Brasil e Minas Gerais –em relação ao ano anterior –2008 – 2018 – (US\$) – (%)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A comercialização de minério de ferro, produto mais representativo da pauta estadual, foi o principal determinante na desaceleração da taxa de crescimento das exportações de Minas Gerais em 2018. À desvalorização de 1,4% na cotação internacional do produto associou-se a contração de 17,4% do volume embarcado. Nesse período, o valor relativo ao minério de ferro diminuiu de US\$8,7 bilhões para US\$7,3 bilhões, e a participação no total estadual, de 34,2% para 30,4% (gráfico 2).

Gráfico 2 Série encadeada do valor total exportações e do valor e do volume das exportações do minério de ferro - Minas Gerais –2010 –2018



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

A trajetória recente do minério de ferro em Minas Gerais não resulta apenas da conjuntura internacional. Conforme mostra o gráfico 3, Minas Gerais manteve até 2016 a liderança nacional e larga vantagem em relação ao volume exportado pelo Pará, segundo maior produtor e exportador do país. A partir desse ano, entretanto, a melhor qualidade e o menor custo de produção do minério na região Norte alteraram a prioridade espacial da exploração e comercialização. O volume exportado pelo Pará saltou de 145,7 milhões de toneladas em 2016 para 163,8 milhões no ano seguinte e para 190,4 milhões em 2018. Em contrapartida, o volume do produto exportado em Minas despencou, em milhões de toneladas, de 199,1 para 176 até alcançar, em 2018, o menor nível desde 2009: 145,4 milhões de toneladas.

Gráfico 3 Série encadeada do volume das exportações do minério de ferro - Minas Gerais e Pará –2008 – 2018



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).  
Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

Além do minério de ferro, outros produtos representativos na pauta influenciaram negativamente o desempenho das exportações de Minas Gerais. Os produtos siderúrgicos, que tiveram a segunda maior contribuição no total das receitas (15,9%), encerraram 2018 com leve contração de 0,2%.

O café, cuja participação correspondeu a 13,4% do total das receitas em 2018, apresentou decréscimo 6,5% relativamente a 2017. O aumento de 7% do volume embarcado, influenciado pela safra recorde, foi revertido negativamente pela desvalorização de cerca de 10% na cotação internacional do produto. O segmento de automóveis e autopeças, severamente afetado pela crise Argentina, registrou queda de 22,8%, ante um crescimento de 25,6% do ano anterior. As exportações de carnes também tiveram revés em relação a 2017, quando haviam aumentado 26,7%. Mesmo a recuperação do segmento de bovinos no

segundo semestre não conseguiu conter a repercussão do embargo e da paralisação dos caminhoneiros no setor, que contabilizou retração de 12,5% no encerramento de 2018. Grandes decréscimos foram também observados nas exportações de açúcares e produtos de confeitaria (-42,6%) e de produtos farmacêuticos (-17,8%) (tabela 2).

Soja, ouro e celulose, por outro lado, influenciaram positivamente o cômputo das exportações em 2018. As exportações de soja aumentaram em valor, 70,9%, e passaram a representar 7,1% do valor total exportado em 2018 ante 3,9% em 2017. A safra recorde e a disputa comercial entre China e Estados Unidos favoreceram a ampliação de 61,1% dos embarques do grão – de 2,6 milhões para 4,2 milhões de toneladas. Quanto ao ouro e bulhão dourado, o valor exportado aumentou 4,1% e correspondeu a 5,1% do total do estado. No que tange à celulose, houve crescimento de 21,6%, com aumento de 2,5% para 3,2% na contribuição das receitas totais. As vendas de produtos químicos aumentaram no mesmo patamar (25,6%) e participação de 2,7% (tabela 2).

Tabela 2: Destaques produtos/setores das exportações (1) – Minas Gerais – 2018

Especificação	Exportações (U\$ milhões FOB)	Variação	Participação relativa	
		Nominal (%) (2)	(%) (3)	
	2018	2018/ 2017	2017	2018
Minério de ferro	7.289,9	-16,0	34,2	30,4
Produtos siderúrgicos)	3.800,2	-0,2	15,0	15,9
Café	3.217,7	-6,5	13,6	13,4
Soja	1.693,7	70,9	3,9	7,1
Ouro e bulhão dourado	1.222,2	4,1	4,6	5,1
Veículos, partes, peças e acessórios	875,8	-22,8	4,5	3,7
Carnes	798,6	-12,5	3,6	3,3
Celulose	766,3	21,6	2,5	3,2
Açúcares e produtos de confeitaria	751,1	-42,6	5,2	3,1
Máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos	714,6	0,1	2,8	3,0
Produtos químicos	658,4	25,6	2,1	2,7
Zinco e suas obras	243,8	11,1	0,9	1,0
Produtos farmacêuticos	209,4	-17,8	1,0	0,9
Resíduos indústrias alimentares; alimentos para animais	125,6	-29,9	0,7	0,5
Algodão	118,3	139,7	0,2	0,5
Subtotal	22.485,6	-6,4	94,8	93,8
Demais produtos	1.480,6	11,7	5,2	6,2
<b>Minas Gerais</b>	<b>23.966,3</b>	<b>-5,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fontes: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Classificação Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) (2) Variação nominal do valor das exportações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior. (3) Participação no valor total das exportações de Minas Gerais no período de referência.

Em nível municipal, as exportações de Minas Gerais mostraram-se ainda mais concentradas. O percentual referente aos 20 municípios de maior valor exportado aumentou de 64,3% em 2017 para 70,3% do valor total exportado pelo estado em 2018. Pelo acréscimo nominal nas receitas, destacaram-se os municípios

Três Marias (398,5%) e Uberlândia (69,9%), principalmente devido ao desempenho da soja. Em função das vendas de celulose, Belo Oriente também aumentou suas receitas (21,6%), e Paracatu, principalmente devido ao ouro, aumentou em 62,2% suas receitas de exportação. Os produtos siderúrgicos impulsionaram o crescimento de 22% em Araxá. Em Belo Horizonte, o aumento de 13,5% foi essencialmente devido à comercialização de aeronaves. O minério de ferro estimulou acréscimos para Itabirito (15,5%), Brumadinho (5,0%), Itabira (2,9%) e São Gonçalo do Rio Abaixo (1,7%). Por outro lado, os municípios, também mineradores, de Mariana e Ouro Preto registraram queda de 42,4% e de 4% respectivamente.

Apesar do aumento do volume exportado, a oscilação negativa dos preços do café influenciou a queda de receitas para Guaxupé, Varginha, e Araguari -11,5%, -12,9% e -11,2% respectivamente. O impacto da contração das vendas externas de automóveis também afetou o desempenho Betim, com decréscimo de 11,4%, e Sete Lagoas, -42,4%. A redução do valor exportado em Contagem refletiu a retração em máquinas e equipamentos, produtos siderúrgicos, produtos cerâmicos e carne bovina (tabela 3).

Tabela 3: 20 maiores municípios exportadores – Minas Gerais –2018

Ordem	Município	Exportações (valor em US\$ mil FOB) (1)	Participação (%) (2)	Variação (%) (3)	Produtos de maior participação na pauta
1º	Nova Lima	1.997.495	8,6	-10,8	Minério de ferro; Ouro
2º	Araxá	1.886.287	8,1	22,0	Produtos siderúrgicos; Ceramets
3º	Betim	1.171.176	5,0	-11,4	Veículos e autopeças; Máquinas e Equip.mecânicos
4º	Itabira	984.487	4,2	2,9	Minério de ferro
5º	Varginha	922.629	4,0	-12,9	Café
6º	Itabirito	866.235	3,7	15,5	Minério de ferro
7º	Três Marias	837.305	3,6	398,5	Soja; Zinco
8º	Ouro Preto	815.307	3,5	-4,0	Minério de ferro
9º	São Gonçalo do Rio Abaixo	777.754	3,3	1,7	Minério de ferro
10º	Paracatu	772.051	3,3	62,2	Ouro; Soja
11º	Belo Oriente	766.326	3,3	21,6	Celulose
12º	Uberlândia	706.870	3,0	69,9	Soja; Resíduos da extração do óleo de soja: Milho
13º	Guaxupé	645.516	2,8	-11,5	Café
14º	Mariana	580.360	2,5	-42,4	Minério de ferro
15º	Brumadinho	526.757	2,3	5,0	Minério de ferro
16º	Araguari	518.574	2,2	-11,2	Carne bovina; Resíduos da extração do óleo de soja
17º	Belo Horizonte	476.225	2,0	13,5	Produtos siderúrgicos; Veículos aéreos e espaciais
18º	Contagem	417.583	1,8	-7,0	Máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos
19º	Ouro Branco	374.512	1,6	-20,6	Produtos Siderúrgicos
20º	Sete Lagoas	355.965	1,5	-14,9	Produtos siderúrgicos, Automóveis, Carne de aves
	<b>Total 20 maiores</b>	16.399.413	70,3	4,1	
	<b>Demais municípios</b>	6.939.255	29,7	-20,8	
	<b>Minas Gerais</b>	23.338.668	100,0	-4,8	

Fontes: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP). Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

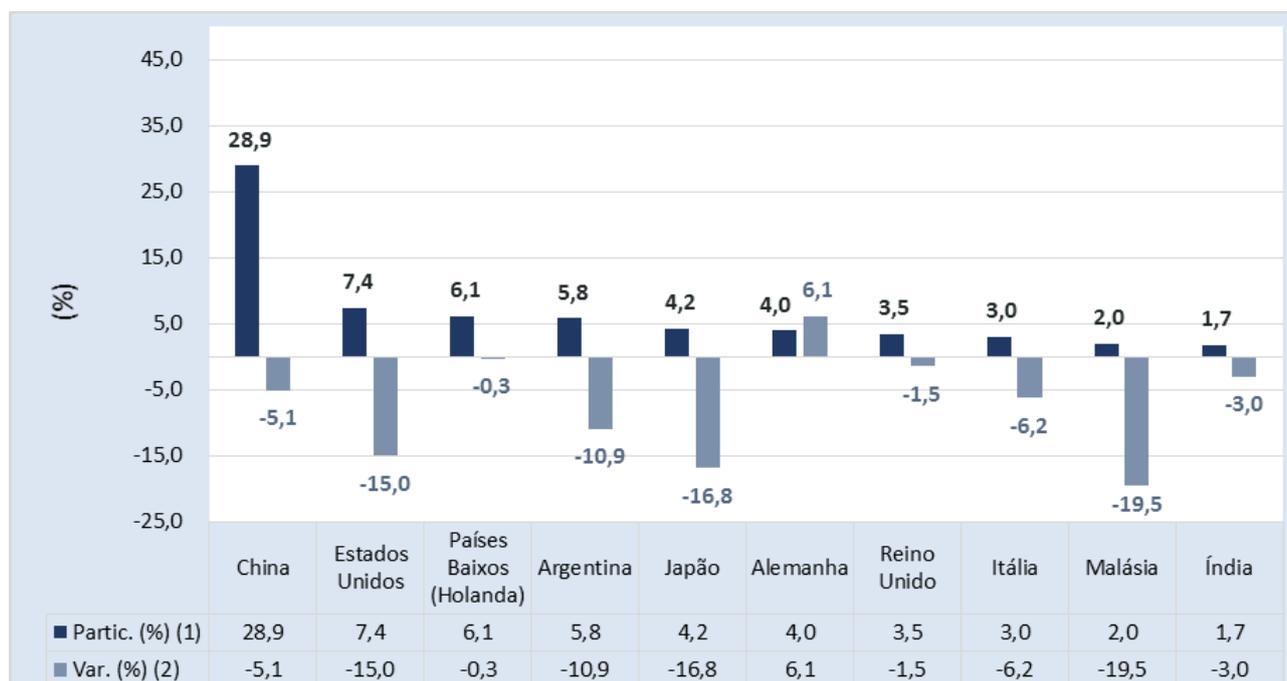
Nota: FOB = Free on Board.

(1) Na metodologia de apuração do MDIC, os resultados das exportações estaduais, municipais e dos territórios de desenvolvimento – cujo registro realizado pelo ministério considera o domicílio fiscal da empresa exportadora – poderá não

corresponder à soma do total apurado para as exportações estaduais. Nesse caso, o registro é feito com base no estado produtor da mercadoria. (2) Participação no valor total das exportações de Minas Gerais no período de referência. (3) Variação do valor das exportações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior.

Com relação ao destino das exportações mineiras em 2018, cinco países (China, Estados Unidos, Holanda, Argentina e Japão) acumularam 52,4% do total. As exportações para a China (US\$6,9 bilhões) diminuiram 5,1% em relação a 2017 e representaram 28,9% do valor total (gráfico 4). Para o minério de ferro, que correspondeu a 61,3% das compras chinesas, houve decréscimo 21,3%; para a soja, segundo principal produto, houve crescimento de 37,9%.

Gráfico 4: Exportações de Minas Gerais, segundo principais países de destino –2018 – (%)



Fontes: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Participação no valor total das exportações de Minas Gerais no período de referência. (2) Variação do valor das exportações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior.

As exportações para os Estados Unidos, segundo maior destino das exportações mineiras em 2018, caíram 15%. Sua participação na pauta de Minas Gerais diminuiu de 8,2% para 7,4%. No total das vendas para esse país, que somaram US\$1,8 bilhão, café e produtos siderúrgicos representaram, respectivamente, 33,8% e 25,9%. Terceiro maior destino das exportações de Minas Gerais, a Holanda adquiriu o equivalente a 6,1% da pauta estadual, com pequeno decréscimo em relação a 2017. Minério de ferro e ferro-nióbio destacaram-se, com participações respectivas de 42,7% e 27,1%.

As receitas de exportações para a Argentina recuaram 10,9%, com participação de 40,1% do segmento de veículos, partes e acessórios e de 21,8% do grupo de produtos siderúrgicos. Sua representação nas vendas do estado, terceira maior entre os países, diminuiu de 6,2% para 5,8%.

O Japão, quinto maior mercado para Minas Gerais (participação de 4,2%), registou decréscimo de 16,8% nas compras do estado. O maior impacto veio da retração de 44,3% das vendas de minério de ferro, cuja participação na pauta de produtos variou de 42,6% em 2017 para 28,5% em 2018. As vendas de café (27,6% do total) aumentaram 4,2%; as de ferro-nióbio, que equivaleram a 16,6%, caíram 11%.

A Alemanha, sexto maior comprador de Minas Gerais, foi o único entre os maiores destinos a apresentar variação positiva das exportações (6,1%) e participação de 4% no total. A diminuição de 11,6% nas receitas do café, produto predominante nas exportações para Alemanha, foi compensada pelos aumentos das exportações de silício e de farinhas e *pellets*, da extração do óleo de soja.

O Reino Unido foi o sétimo na lista dos maiores destinos das exportações do estado (3,5% do total). As receitas variaram 1,5% comparativamente a 2017. O ouro em barra (63,8% de participação) predominou na composição da cesta de produtos.

A participação da Itália nas exportações de Minas Gerais correspondeu a 3%, oitava maior entre os países de destino. As exportações em valor para a Itália diminuíram 6,2%. Para o café, que representou 47,9% do total, houve redução de 11,9% em valor e aumento de 7,8% em volume.

A Malásia foi o nono principal destino das exportações de Minas Gerais. As receitas correspondentes diminuíram 3%, e a participação manteve-se em torno de 2%. O valor referente ao minério, que equivaleu a 75,6% das vendas para esse país, diminuiu 22,5%.

A participação da Índia, na décima colocação, correspondeu a 1,7%. O valor das exportações de bulhão dourado corresponderam a 46,3% e aumentaram 231,7%.

Vale mencionar a Rússia, segundo maior destino da soja mineira em 2018, com volume de 680,3 mil toneladas. A participação do país no valor total exportado aumentou de 0,6% para 1,7%.

Relativamente à evolução do valor total das importações mineiras, constatou-se aumento nominal de 23,6% em 2018 comparativamente a 2017. O segmento mais representativo em 2018 foi o de máquinas equipamentos, com participação de 23,4% no total e variação de 2,3%. O principal destaque nas importações veio do crescimento de 169,4 % de veículos, partes e acessórios. Se, por um lado, o segmento automotivo teve as exportações enfraquecidas devido à crise argentina, por outro lado, teve as importações aceleradas devido ao encerramento do Inovar-Auto em dezembro de 2017, programa de incentivo ao setor automotiva que incluía, entre outras medidas, o estabelecimento de cotas de importação<sup>12</sup>. A participação desse segmento nas receitas totais mais que duplicou, de 7,2% para 15,6% (tabela 4).

---

<sup>12</sup> O Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores (Inovar-Auto) é o regime automotivo do governo brasileiro que tem como objetivo a criação de condições para o aumento de competitividade no setor automotivo, produzir veículos mais econômicos e seguros, investir na cadeia de fornecedores, em engenharia, tecnologia industrial básica, pesquisa e desenvolvimento e capacitação de fornecedores. Criado pela Lei nº 12.715/2012, o programa possui validade para o período de 2013 a 2017.

Outros grupos de produtos tiveram também crescimento acentuado e influenciaram diretamente o aumento das despesas. Os combustíveis minerais (9,2% do total) aumentaram 13%, os produtos químicos orgânicos (6,3% do total) aumentaram 27,7%; produtos siderúrgicos (4,5%) tiveram acréscimo de 31,5% e zinco (3,1%) teve aumento de 20%. O segmento de plásticos e borrachas representou 4,7% e cresceu 5,7%. Enxofre, alumínio e produtos diversos das indústrias químicas tiveram contribuição aproximada de 2,0% na pauta e cresceram, respectivamente, 65,2%, 67,2% e 18,8%. O grupo de adubos (fertilizantes), que representou 7,4% das importações do estado, foi o único a registrar decréscimo (1,7%) (tabela 4).

Tabela 4: Destaques produtos/setores das importações (1) – Minas Gerais –2018

Especificação	Importações (U\$ mil FOB)	Varição	Participação relativa	
		Nominal (%) (2)	(%) (3)	
	2018	2018/2017	2018	2017
Máquinas, equip. instrumentos, materiais mecânicos/elétricos	2.123.474	2,4	23,4	28,2
Veículos, partes e acessórios	1.414.594	169,4	15,6	7,2
Combustíveis, óleos e cereais minerais; matérias betuminosas	830.377	13,0	9,2	10,0
Adubos (fertilizantes)	668.907	-1,7	7,4	9,3
Produtos químicos	664.647	3,4	7,3	8,8
Produtos siderúrgicos	403.960	16,4	4,5	4,7
Instrumentos Científicos	347.548	23,4	3,8	3,8
Plásticos, Borrachas e suas obras	423.663	2,0	4,7	5,7
Minérios de zinco	276.315	21,5	3,0	3,1
Enxofre e magnésia	177.373	75,2	2,0	1,4
Alumínio e suas obras	164.197	67,2	1,8	1,3
Produtos diversos das indústrias químicas	147.447	18,8	1,6	1,7
Produtos farmacêuticos	121.111	1,8	1,3	1,6
Cereais (arroz e trigo) (10061092-10064000; 10019900)	102.768	5,1	1,1	1,3
Cacau e suas preparações	90.307	37,3	1,0	0,9
Subtotal	7.956.688	21,8	87,7	89,0
Demais produtos	1.116.006	38,2	12,3	11,0
<b>Minas Gerais</b>	<b>9.072.694</b>	<b>23,6</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Classificação Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), capítulos e detalhamento. (2) Variação nominal do valor das importações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior. (3) Participação no valor total das importações de Minas Gerais no período de referência.

Quanto aos mercados de origem, os dez principais países representaram 73,8% das importações mineiras. O mercado chinês liderou o suprimento de produtos estrangeiros para Minas Gerais, com 23,8% de aumento e participação de 17,8% no total das importações. Os principais itens nas compras da China foram máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos (gráfico 5).

As compras mineiras no mercado americano, segundo maior fornecedor internacional de produtos para o estado (15% do total), aumentaram 21,1%. Entre os produtos adquiridos, destacaram-se combustíveis

minerais (hulha e coque) e máquinas e equipamentos mecânicos. As importações da Argentina, terceiro maior fornecedor, aumentaram 109,8% e corresponderam a 14,8% do total. As aquisições de veículos automóveis, partes e acessórios foram predominantes (69,5%) e cresceram 237,8%.

As compras mineiras da Alemanha (5,3% do total) e da Itália (4,6%), aumentaram, respectivamente, 2,3% e 5,8%. Na pauta alemã, automóveis e autopeças e máquinas e equipamentos mecânicos foram os principais itens. Em relação à Itália, além de máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos, houve grande participação de vacinas.

Rússia, Peru e México tiveram participação individual aproximada de 4% no total das importações de Minas Gerais. As importações da Rússia foram predominantemente de adubos (fertilizantes) e aumentaram 28,3%. As do Peru aumentaram 14,5%, sulfetos e minérios de zinco tendo sido os principais produtos. As compras, predominantemente de automóveis, aumentaram 96,1%. A participação da Índia e Austrália foi de, respectivamente, 2,6% e 2,5%. Nas despesas de importações da Índia, em que predominaram produtos químicos e fibras sintéticas, houve crescimento de 20,7%. Em relação à Austrália, observou-se redução de 6,4%, principalmente em função do decréscimo em combustíveis minerais (hulha betuminosa).

Gráfico 5: Importações de Minas Gerais, segundo principais países de origem –2018 – (%)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Elaboração: Fundação João Pinheiro (FJP), Diretoria de Estatística e Informações (Direi).

(1) Participação no valor total das exportações de Minas Gerais no período de referência. (2) Variação do valor das exportações no período de referência em relação ao mesmo período do ano anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados consolidados do comércio internacional de Minas Gerais em 2018 confirmaram o efeito negativo da evolução recente das exportações de minério de ferro no resultado geral e, portanto, a vulnerabilidade devido à concentração da pauta nesse produto. Além da cotação internacional desfavorável, o volume de minério exportado pelo estado registrou forte retração. O Pará, que, dada a melhor qualidade e o menor custo de produção do minério local, já vinha avançando em larga vantagem na exploração e comercialização, assumiu a liderança das exportações do produto em 2018. Em volume, seu embarque de minério saltou de 163,8 milhões em 2017 para 190,4 milhões em 2018. Em contrapartida, o volume do produto exportado em Minas despencou 176 milhões para 145,4 milhões de toneladas, o menor nível desde 2009.

Apesar do crescimento em volume, o café experimentou expressiva redução dos preços, o que reforçou os efeitos negativos sobre os resultados de 2018. Por outro lado, verificou-se o embarque histórico de soja e acréscimos para o ouro e celulose.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços Exterior. Secretaria de Comércio Exterior - **Comex Stat**. [Brasília, DF, 2018]. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: mar. 2019.

## FINANÇAS PÚBLICAS

Lúcio Otávio Seixas Barbosa<sup>13</sup>

Reinaldo Carvalho de Morais<sup>14</sup>

### RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo traçar o panorama geral das contas públicas do governo de Minas Gerais com indicadores de receita, despesa e dívida, levando em consideração os resultados obtidos principalmente em 2018. Por intermédio do levantamento das principais estatísticas de finanças públicas, foi possível constatar que a situação financeira do governo mineiro ainda se encontra bastante delicada. Pelo lado das receitas, os principais tributos (ICMS e IPVA) têm apresentado crescimento superior ao da atividade econômica, enquanto as transferências intergovernamentais têm apresentado sucessivas quedas. Pelo lado das despesas, os gastos com a previdência pública e com o serviço da dívida têm conduzido a grandes desafios em relação ao equilíbrio financeiro das contas governamentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Receita, desequilíbrio fiscal, despesa, dívida pública, lei de responsabilidade fiscal.

### ABSTRACT

*He purpose of this chapter is to outline the general public accounts of the Minas Gerais government, with revenue, expenditure and debt indicators, taking into account the results obtained mainly in 2018. Through the survey of the main statistics of public finances, it was possible that the financial situation of the Minas Gerais government is still very delicate. On the revenue side, the main taxes (ICMS and IPVA) have shown growth above that of economic activity, while intergovernmental transfers have shown successive declines. On the expenditure side, spending on public pensions and debt servicing has led to major challenges to the financial balance of government accounts.*

**KEYWORDS:** Revenue, fiscal impairment, expense, public debt, fiscal responsibility law.

---

<sup>13</sup> Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), doutor em economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: lucio.barbosa@fjp.mg.gov.br.

<sup>14</sup> Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), mestre em administração pública (EG/FJP). E-mail: reinaldo.morais@fjp.mg.gov.br.

## INTRODUÇÃO

Em 2018, as contas públicas do governo mineiro continuaram apresentando forte desequilíbrio. Apesar do desempenho favorável nas receitas tributárias, as transferências governamentais apresentaram forte queda nominal (-13,6%). Além disso, houve forte aceleração das despesas, puxada pelos dispêndios com a dívida pública e a previdência pública.

Para a apresentação de estatísticas fiscais do governo de Minas Gerais, este trabalho foi organizado da seguinte forma: após a presente introdução, a seção 2 traz a evolução do resultado orçamentário entre 2010 e 2018; a seção 3 apresenta estatísticas de receita com ênfase no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de recursos do governo. A quarta seção contém informações sobre o comportamento da despesa realizada do governo mineiro, com ênfase nos gastos de pessoal, principalmente no que se refere ao aumento do volume de dispêndios com os servidores inativos. Na quinta seção são apresentados dados relativos à dívida pública com destaque para a evolução da relação entre Dívida Consolidada Líquida (DCL) e Receita Corrente Líquida (RCL). A última seção apresenta comentários finais sobre o cenário das contas públicas mineiras e as perspectivas para os próximos semestres.

## RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

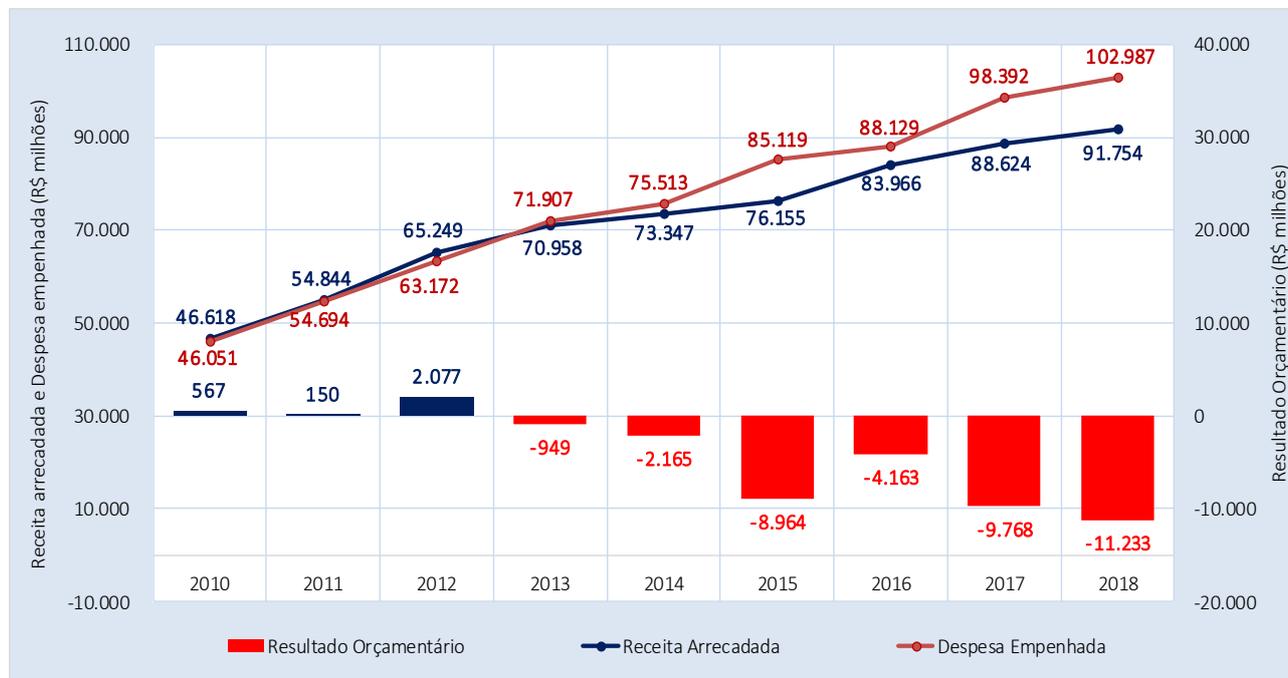
Em 2018, o resultado orçamentário do governo de Minas Gerais foi deficitário pelo sexto ano consecutivo. A receita arrecadada somou R\$ 91,75 bilhões, enquanto a despesa empenhada no mesmo período somou R\$ 102,99 bilhões, totalizando déficit de 11,23 bilhões (gráfico 1). O aumento do déficit foi puxado principalmente pelo acréscimo nominal de 4,7% na despesa, frente ao incremento nominal de 3,5% da receita.

O resultado foi pior do que o previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA), que contava com déficit de R\$ 8,08 bilhões (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2018).<sup>15</sup> A expectativa era de que as despesas e receitas apresentassem acréscimo nominais de 2,7% e 4,9% respectivamente. Como esse resultado não foi obtido, o déficit realizado foi R\$ 2,9 bilhões acima do previsto.

---

<sup>15</sup> Lei 22943, de 12/1/2018: “Art. 2º – O Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2018 estima a receita em R\$ 92.972.534.034,00 (noventa e dois bilhões, novecentos e setenta e dois milhões, quinhentos e trinta e quatro mil e trinta e quatro reais) e fixa a despesa em R\$ 101.057.263.378,00 (cento e um bilhões, cinquenta e sete milhões, duzentos e sessenta e três mil trezentos e setenta e oito reais)”.

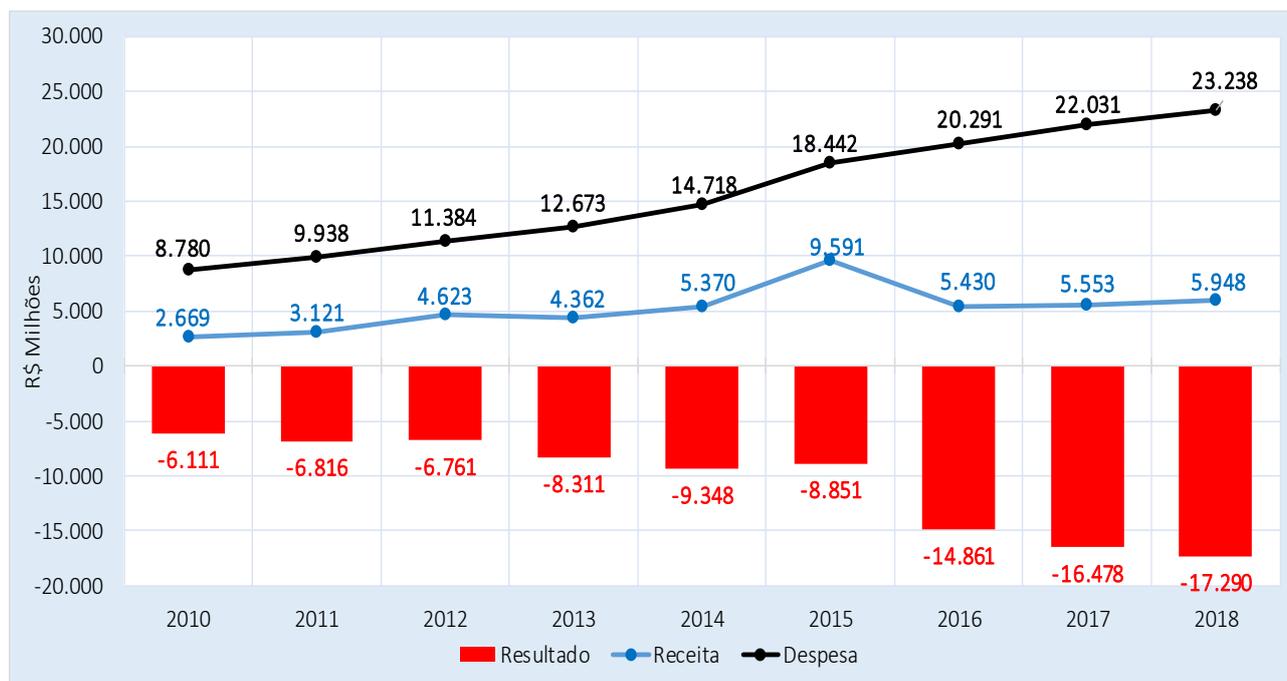
Gráfico 1: Evolução do resultado orçamentário (valores correntes) – Governo de Minas Gerais –2010/2018 (R\$ milhões)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

Um dos principais desafios para o alcance do equilíbrio fiscal no estado passa pela gestão do *déficit* previdenciário. Em 2018, ele atingiu R\$ 17,29 bilhões (gráfico 2).

Gráfico 2: Evolução das Receitas, Despesas e do Resultado do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) – Minas Gerais –2010-2018



Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais. Anexo 4 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A receita orçamentária do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) estadual apresentou variação nominal de 122,8% entre 2010 e 2018: saltou de R\$ 2,67 bilhões para R\$ 5,95 bilhões. Já a despesa cresceu de R\$ 8,78 bilhões para R\$ 23,24 bilhões (variação nominal de 164,7%). Dessa forma, o déficit previdenciário aumentou 183%. Como os recursos arrecadados pelo RPPS têm sido insuficientes para financiar os proventos de aposentados e pensionistas, faz-se necessário o aporte de recursos utilizando-se o caixa do governo.

## RECEITA ARRECADADA

A receita arrecadada do governo de Minas Gerais apresentou incremento nominal de 3,5% em 2018 na comparação com 2017. O valor saltou de R\$ 88,62 bilhões para R\$ 91,75 bilhões (tabela 1).

Tabela 1: Receita total (valores correntes) – Minas Gerais –2017/2018 (R\$ milhões)

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	ACUMULADO EM 2017	ACUMULADO EM 2018	Variação	PARTICIPAÇÃO EM 2018
<b>Receita Total (A + B + C)</b>	<b>88.624</b>	<b>91.754</b>	<b>3,5%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Receitas Correntes (A)</b>	<b>71.636</b>	<b>73.791</b>	<b>3,0%</b>	<b>80,4%</b>
Tributárias	50.666	55.368	9,3%	60,3%
ICMS	38.493	41.902	8,9%	45,7%
IPVA	4.152	4.939	19,0%	5,4%
Outras Receitas Tributárias	8.021	8.526	6,3%	9,3%
Contribuições	3.044	3.486	14,5%	3,8%
Transferências Correntes	13.385	11.561	-13,6%	12,6%
Demais Receitas Correntes	17.925	14.937	-16,7%	16,3%
<b>Receitas de Capital (B)</b>	<b>601</b>	<b>577</b>	<b>-3,9%</b>	<b>0,6%</b>
Operações de Crédito	66	2	-97,5%	0,0%
Alienação de Bens	99	162	63,3%	0,2%
Amortização de Empréstimos	180	157	-12,6%	0,2%
Transferências de Capital	255	256	0,2%	0,3%
Outras Receitas de Capital	-	-	...	...
<b>Receitas Intraorçamentárias (C)</b>	<b>16.388</b>	<b>17.386</b>	<b>6,1%</b>	<b>18,9%</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

As receitas tributárias apresentaram acréscimo nominal de 9,3% em função do desempenho das receitas de *ICMS* e *IPVA*<sup>16</sup> (8,9% e 19% respectivamente). Por outro lado, as quedas de 13,6% nas *transferências correntes* e de 76,8% nas *demais receitas correntes* impediram que o desempenho das receitas correntes fosse melhor.

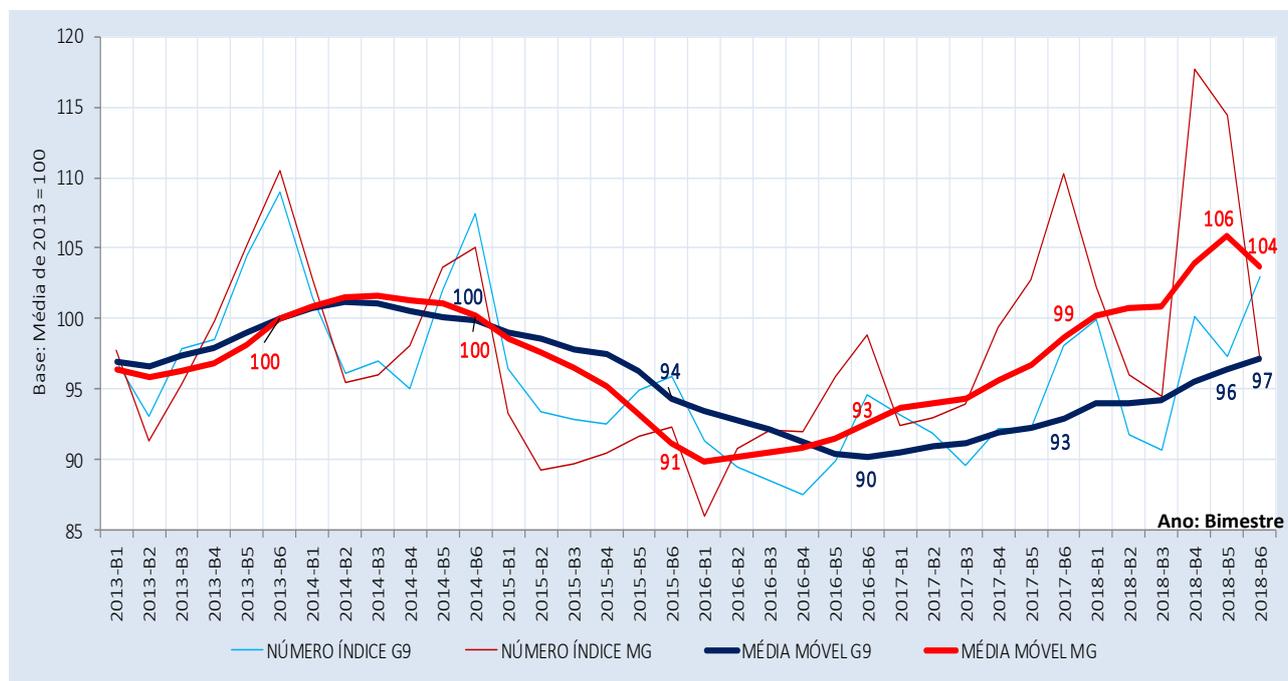
Devido à grande importância que o *ICMS* representa na composição da receita total, torna-se interessante observar a evolução do índice de volume<sup>17</sup> dele nos últimos bimestres na comparação com as principais unidades federativas. O resultado de Minas Gerais foi pior do que o do agregado G10<sup>18</sup> durante dez bimestres consecutivos (entre o primeiro bimestre de 2015 e o quarto bimestre de 2016). Entretanto, no quinto bimestre de 2016, o estado alcançou melhor desempenho, considerando o acumulado em seis bimestres dado pela média móvel. No decorrer de 2017 e 2018, o desempenho da arrecadação de *ICMS* em Minas Gerais se manteve superior ao do G10. Chama a atenção a expressiva queda de arrecadação no último bimestre no estado (gráfico 3).

<sup>16</sup> Respectivamente, Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

<sup>17</sup> O índice de volume foi construído da seguinte forma: primeiro os dados monetários foram deflacionados pelo IPCA. Em seguida foram transformados em índice de volume tendo como base a média de 2013. Para suavizar a série, foi calculada a média móvel de seis bimestres para cada ponto da série. Por exemplo: o índice de volume do terceiro bimestre de 2018 consiste na média do volume dos últimos seis bimestres (os três últimos de 2017 e os três primeiros de 2018).

<sup>18</sup> Em alguns indicadores de finanças públicas foram comparados os resultados de Minas Gerais com agregado dos dez estados de maior Produto Interno Bruto (PIB) – G10 (na ordem: SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) com base nos dados do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) da Secretaria do Tesouro Nacional.

Gráfico 3: Arrecadação de ICMS: Evolução do índice de volume a preços constantes e média móvel (últimos 12 meses) – Minas Gerais e G9 (SP, RJ, MG, RS, PR, SC, DF, BA,GO e PE) – 1º bimestre 2013–6º bimestre 2018 – (Média de 2013 = 100)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

Constata-se que no sexto bimestre de 2018 o índice de volume de arrecadação de ICMS atingiu 4% acima do nível do ano de 2013 em Minas Gerais (104 pontos). O valor foi sete pontos superior ao do agregado G10, que se encontrava no nível abaixo do de 2013 (97 pontos). Dessa forma, há indícios de que o governo tem aumentado seu esforço fiscal na comparação com os principais estados. Nos dois primeiros meses de 2019, a arrecadação de ICMS apresentou acréscimo nominal de 3,3%.

Já a rubrica *transferências correntes*<sup>19</sup> representou 12,6% (tabela 1) da receita total de Minas Gerais em 2018 e apresentou decréscimo nominal de 13,6% (variação real próxima de -9,5%). O gráfico 4 apresenta a evolução do índice de volume<sup>20</sup> de receitas de transferências correntes no G10 e em Minas Gerais. No terceiro bimestre de 2018, o volume anualizado de recursos para Minas Gerais representou 77% do volume médio de 2013. Houve, portanto, queda real de 23% nos últimos cinco anos. A utilização da média móvel (para seis bimestres) em número índice mostra que as receitas de transferências têm tido resultados ainda piores do que a atividade econômica no estado e também piores do que o G10.

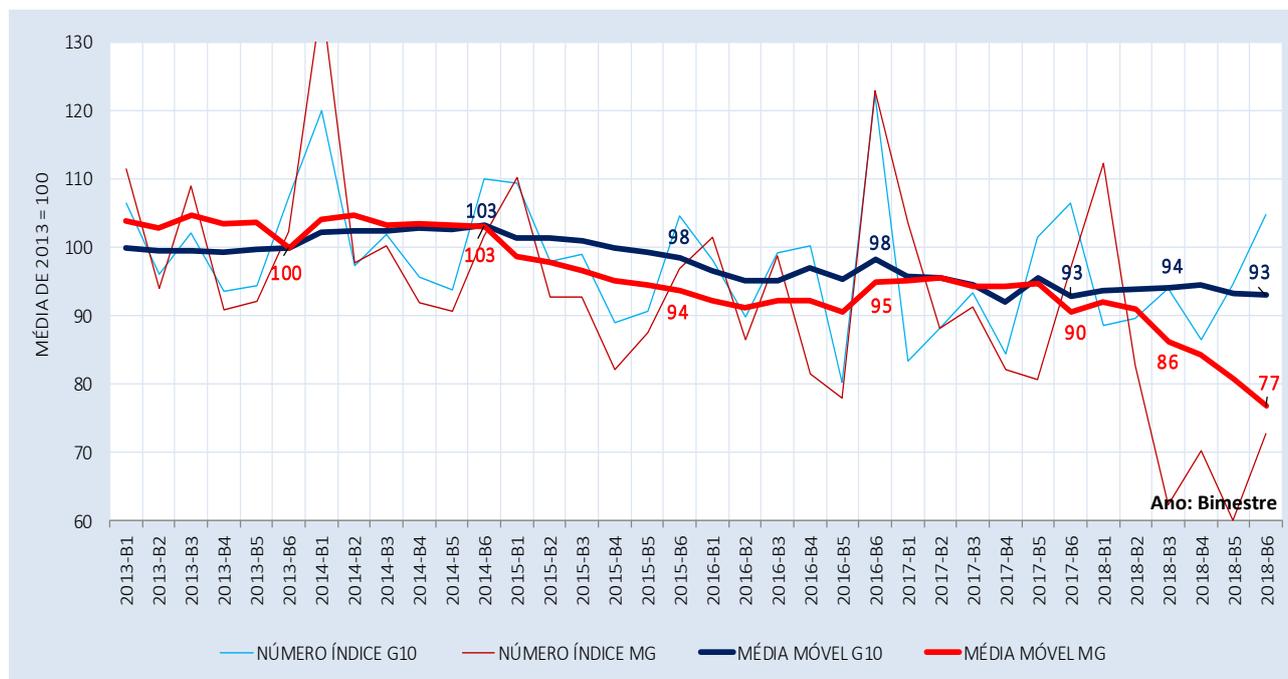
O resultado para as transferências em 2018, muito abaixo em relação a 2017, é, sobretudo, decorrente da diminuição das transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) recebidos pelo Estado. No entanto, essa

<sup>19</sup> As principais transferências correntes são: o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

<sup>20</sup> O índice de volume das transferências foi construído de forma análoga ao do ICMS.

queda se deve à retenção, por parte do próprio Estado, da parcela de sua arrecadação vinculada ao Fundeb.

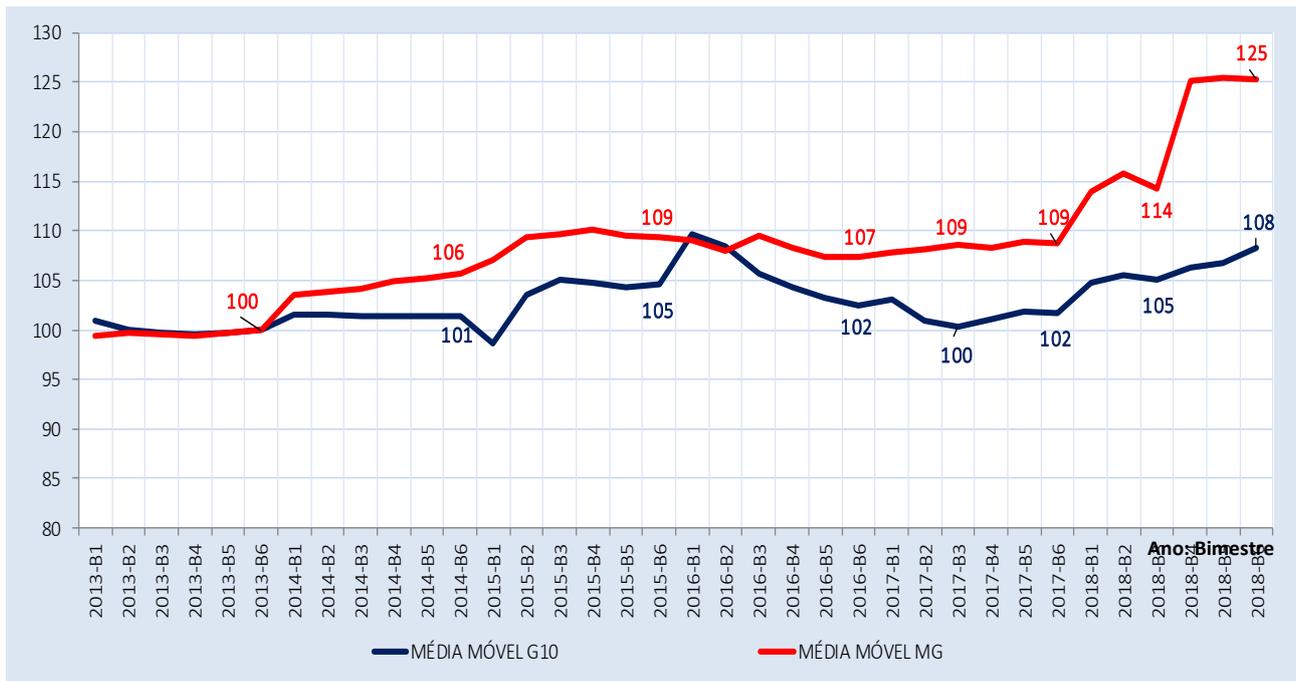
Gráfico 4: Transferências Correntes: Evolução do índice de volume a preços constantes e média móvel (últimos 12 meses) – Minas Gerais e G10 (SP, MG, RJ, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) – 1º bimestre 2013–6º Bim. 2018 – (Base: Média de 2013 = 100)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

Outra importante fonte de receita é o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que representou 5,4% da receita total do governo do estado em 2018. Apesar da forte crise econômica brasileira e mineira, essa fonte de receita apresentou acréscimo nominal de 19% em 2018, incremento real de 25% nos últimos quatro anos. A arrecadação desse tributo tem sido melhor em Minas Gerais do que no G10 (gráfico 5).

Gráfico 5: IPVA: Evolução do índice de volume a preços constantes – Minas Gerais e G10 (SP, MG, RJ, RS, PR, SC, DF, BA, GO e PE) – 1º bimestre 2013–6º bimestre 2018 – (Base: Média de 2013 = 100)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

## DESPESA RELIZADA

A despesa realizada do governo de Minas Gerais avançou 4,7%, em termos nominais em 2018, na comparação com o mesmo período de 2017. A cifra subiu de R\$ 98,39 bilhões para R\$ 102,99 bilhões no período (tabela 2).

Tabela 2: Despesa realizada por categoria econômica - Minas Gerais –2017/2018 (R\$ milhões)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	2017	2018	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 2018
<b>Despesa Realizada (A + B + C)</b>	<b>98.392</b>	<b>102.987</b>	<b>4,7%</b>	<b>100,0%</b>
<b>Despesas Correntes (A)</b>	<b>75.825</b>	<b>79.685</b>	<b>5,1%</b>	<b>77,4%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	45.649	47.121	3,2%	45,8%
Juros e Encargos da Dívida	2.779	4.470	60,8%	4,3%
Outras Despesas Correntes	27.397	28.094	2,5%	27,3%
Transferências a Municípios	16.498	15.188	-7,9%	14,7%
Demais Despesas Correntes	10.899	12.905	18,4%	12,5%
<b>Despesas de Capital (B)</b>	<b>5.354</b>	<b>4.865</b>	<b>-9,1%</b>	<b>4,7%</b>
Investimentos	3.286	1.534	-53,3%	1,5%
Inversões Financeiras	552	360	-34,8%	0,3%
Amortização da Dívida	1.515	2.971	96,0%	2,9%
<b>Despesa Intraorçamentária (C)</b>	<b>17.213</b>	<b>18.438</b>	<b>7,1%</b>	<b>17,9%</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO). Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais (SEF/MG).

Na abordagem da *despesa por categoria econômica e grupos de natureza da despesa*,<sup>21</sup> os dispêndios com a rubrica *pessoal e encargos sociais* saltaram de R\$ 45,65 bilhões para R\$ 47,12 bilhões, perfazendo

<sup>21</sup> Conforme classificação funcional definida na Lei 4.320/64.

acréscimo nominal de 3,2%. Uma das principais fontes do desequilíbrio financeiro de várias unidades federativas brasileiras está relacionada com o problema previdenciário. Nos últimos anos o descompasso entre receitas e despesas tem sido cada vez mais grave, tanto em Minas Gerais, quanto em outros estados. Em 2018, as despesas com servidores inativos apresentaram acréscimo nominal de 5,9%, enquanto os gastos com ativos aumentaram 1,3% (tabela 3).

Tabela 3: Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (ativos/inativos) – Minas Gerais – 2017/2018 (R\$ milhões)

Despesa com Pessoal	2017	2018	VARIAÇÃO	PARTICIPAÇÃO EM 2018
Ativo	27.214	27.581	1,3%	53,8%
Inativo	18.424	19.518	5,9%	38,1%
Pensionista	3.574	3.684	3,1%	7,2%
Terceirizado	672	438	-34,8%	0,9%
<b>Total</b>	<b>49.886</b>	<b>51.222</b>	<b>2,7%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Portal da Transparência do Governo de Minas Gerais

Entre as unidades orçamentárias com maior participação na despesa de pessoal do estado, podem-se destacar os acréscimos nominais de 6,1%, 2,5%, 4,3% e 5,7% do Fundo Financeiro de Previdência, da Polícia Militar de Minas Gerais, da Secretaria de Estado de Educação e do Tribunal de Justiça de Minas Gerais respectivamente (tabela 4). Juntos, esses órgãos responderam por 72,2% dos dispêndios com pessoal em 2018.

Tabela 4: Despesa de pessoal por unidade orçamentária – Minas Gerais – 2017/2018 (R\$ milhões)

Órgão	2017	2018	Varição	Participação em 2018
Fundo Financeiro da Previdência	12.049.295.457	12.784.169.055	6,1%	24,7%
Polícia Militar do Estado de Minas Gerais	10.599.186.229	10.863.266.668	2,5%	21,0%
Secretaria de Estado de Educação	8.618.090.696	8.991.900.344	4,3%	17,4%
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	4.497.560.435	4.756.091.039	5,7%	9,2%
Procuradoria Geral de Justiça	1.633.509.330	1.687.705.146	3,3%	3,3%
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais	1.606.896.918	1.598.197.439	-0,5%	3,1%
Secretaria de Estado de Administração Prisional	1.535.148.000	1.448.961.469	-5,6%	2,8%
Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais	1.362.796.365	1.385.941.746	1,7%	2,7%
Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais	1.127.695.179	1.145.353.226	1,6%	2,2%
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais	1.076.023.337	1.141.154.656	6,1%	2,2%
Secretaria de Estado de Fazenda	952.244.086	955.955.022	0,4%	1,8%
Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais	870.307.703	891.331.506	2,4%	1,7%
Demais Órgãos	3.806.324.695	4.127.109.018	8,4%	8,0%
<b>Total</b>	<b>49.735.078.430</b>	<b>51.777.136.333</b>	<b>4,1%</b>	<b>100,0%</b>

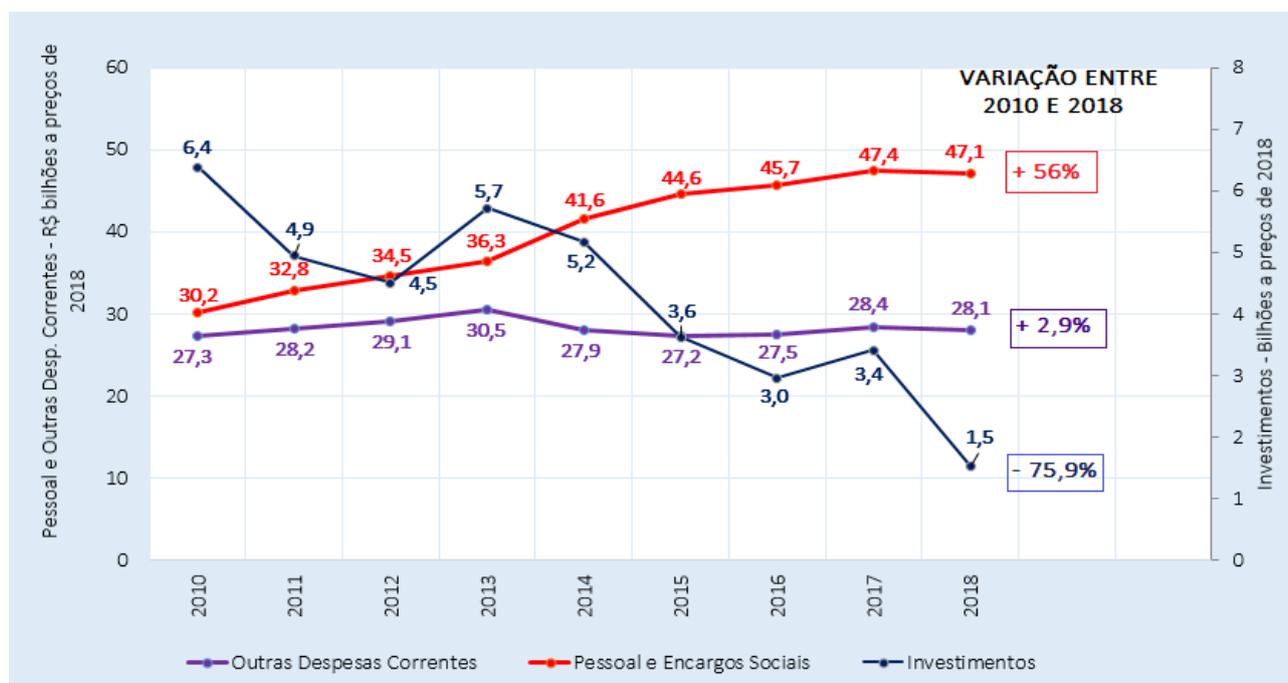
Fonte: Portal da Transparência do Governo de Minas Gerais.

Em relação aos *investimentos*, houve decréscimo nominal de 53,3%. A participação desse item na despesa total no período em análise foi de 1,5%. Nos últimos anos os investimentos têm sido sacrificados em detrimento de outras despesas com pouca margem para contingenciamento. Entre 2010 e 2018, eles

apresentaram queda real de 75,9%, em contraste ao acréscimo real de 56% nos gastos com pessoal (gráfico 6).

Já na conta *amortização da dívida*, o volume de gastos cresceu 96% e saltou de R\$ 1,52 bilhão para R\$ 2,97 bilhões, tendo representado 2,9% da despesa total em 2018. O aumento expressivo já era esperado, uma vez que as parcelas da dívida com a União estão voltando aos patamares anteriores negociados por meio da Lei Complementar 156/2016.<sup>22</sup> Pelo mesmo motivo, as despesas com *juros e encargos da dívida* também sofreram forte acréscimo: de 2,58 bilhões para 4,47 bilhões (+ 60,8%). Portanto, em função do término do período de carência, os dispêndios com a dívida aumentaram R\$ 3,34 bilhões, onerando significativamente os cofres públicos.

Gráfico 6: Evolução das despesas dos grupos Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos – Minas Gerais – Valores constantes (preços de 2018).



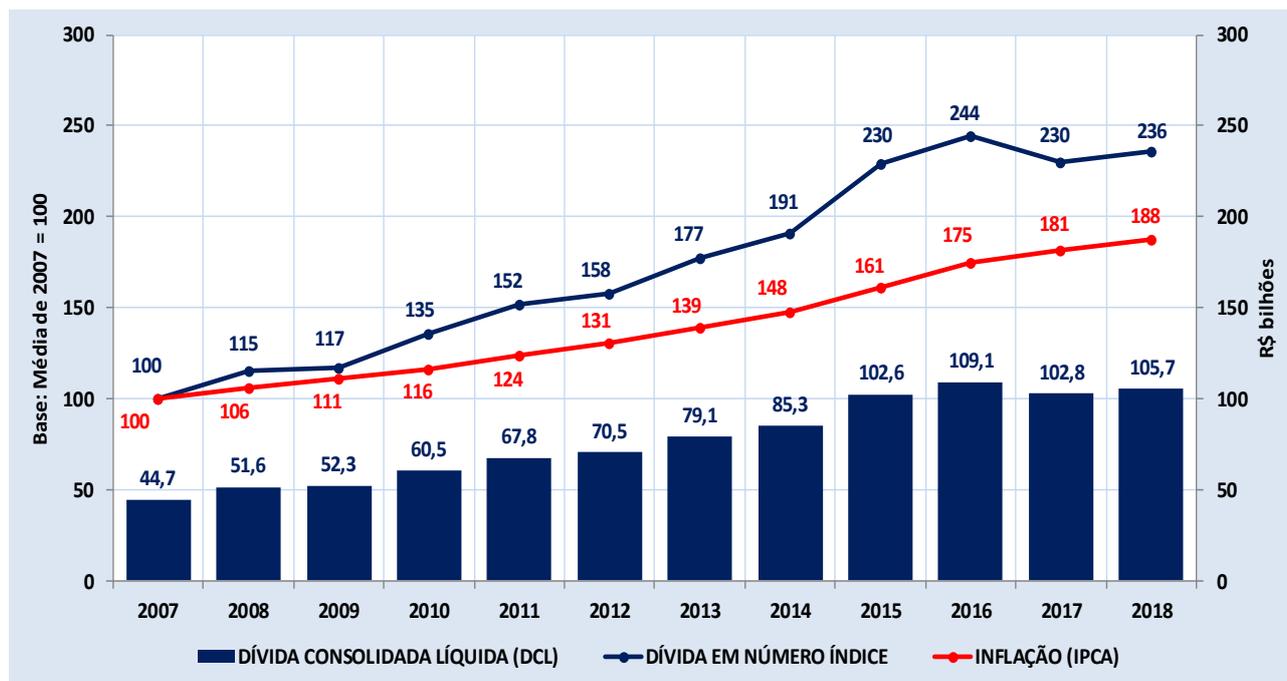
Fonte: Sistema de Administração Financeira do Governo de Minas Gerais (Siafi/MG)

## DÍVIDA PÚBLICA

<sup>22</sup> Por intermédio da referida lei, durante 18 meses (entre janeiro de 2017 e julho de 2018), as parcelas da dívida dos estados com a União tiveram abatimentos decrescentes. No primeiro mês o desconto foi de 94,7%. Esse percentual foi decrescendo mensalmente até atingir 5,3% no último mês. Dessa forma, a parcela ficou bem menor nos primeiros meses.

A dívida consolidada líquida (DCL) <sup>23</sup> do governo de Minas Gerais atingiu R\$ 106,51 bilhões no terceiro quadrimestre de 2018. O valor foi 0,8% superior ao estoque verificado no quadrimestre anterior, quando a cifra havia atingido R\$ 105,65 bilhões. Entre 2007 e 2018, houve incremento nominal de 136% na dívida pública. Por outro lado, a inflação atingiu 88% no mesmo período (gráfico 7).

Gráfico 7: Evolução Índice da Dívida Pública Consolidada Líquida de Minas Gerais e do IPCA – 2007/2018 (Porcentagem)

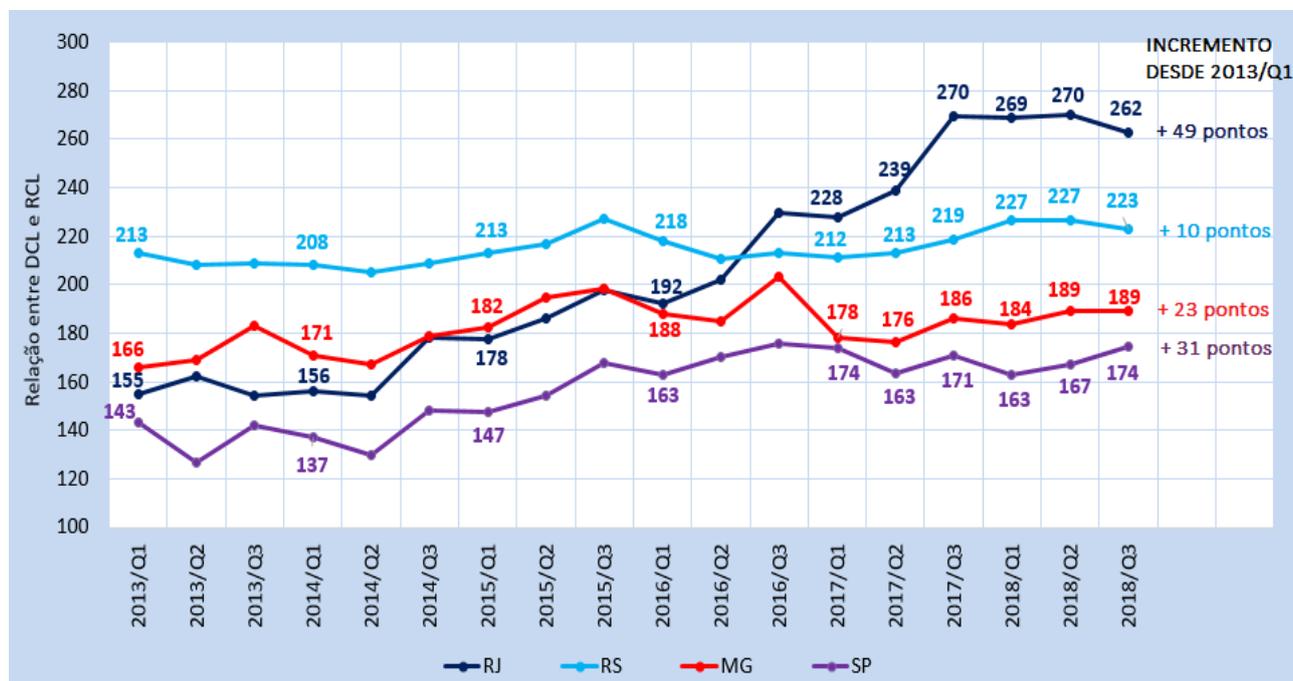


Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais).

No terceiro quadrimestre de 2018, a relação entre dívida consolidada líquida e receita corrente líquida (DCL/RCL) foi de 189% (mesmo valor do quadrimestre anterior) (gráfico 8). Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul apresentaram valores ainda maiores no referido indicador: 262% e 223% respectivamente. Chama a atenção o aumento expressivo de 178% para 270% do Rio de Janeiro entre o primeiro quadrimestre de 2015 e o terceiro de 2017 (92 pontos percentuais). São Paulo também apresenta situação preocupante (174%).

<sup>23</sup> DCL: Dívida pública consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

Gráfico 8: Evolução da relação entre a dívida consolidada líquida (DCL) e a receita corrente líquida (RCL) Minas Gerais e estados selecionados (G10) – 1º quadrimestre 2013–3º quadrimestre 2018 (Porcentagem)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF).

É importante destacar que o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a relação DCL/RCL é de 200%. No momento, Minas Gerais encontra-se 11 pontos percentuais abaixo do limite e um ponto abaixo do limite prudencial (190%).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do de 2018 apontam para a continuidade do desequilíbrio das contas públicas do governo de Minas Gerais. O esforço fiscal do governo tem produzido resultados capazes de melhorarem a *performance* das receitas próprias. Entretanto, eles não têm sido suficientes para cobrir as despesas. O baixo grau de discricionariedade tem conduzido o governo mineiro a promover cortes em investimentos. Além disso, os compromissos com pagamentos de aposentados têm sido fonte de pressão nos dispêndios públicos, situação também vivida por outros estados.

Pelo lado das despesas, a situação é desafiadora. A relação entre o número de servidores inativos e ativos tem sido cada vez maior, conduzindo o governo a cobrir o déficit previdenciário com aportes crescentes do tesouro. Para o ano de 2019 a Lei Orçamentária Anual (LOA) previu déficit de R\$ 11,44 bilhões (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 2019)<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Lei 23.290, de 9/1/19: Art. 2º – O orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2019 estima a receita em R\$100.330.308.180,00 (cem bilhões, trezentos e trinta milhões, trezentos e oito mil e cento e oitenta reais) e fixa a despesa em

Para minimizar a crise fiscal, o governo estadual pretende aderir ao Programa de Recuperação Fiscal do governo federal, no qual a dívida com o ele será negociada tendo como contrapartidas a privatização de estatais, a proibição da concessão de subsídios fiscais e de contratação de novos servidores, além do congelamento de salários do funcionalismo.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Lei Orçamentária Anual – LOA 2018**. Belo Horizonte: 2018. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=22943&comp=&ano=2018&texto=original> Acesso em Agosto/2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. **Lei Orçamentária Anual – LOA 2019**. Belo Horizonte: 2019. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=23290&comp=&ano=2019&texto=original> Acesso em Março/2019.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Fazenda – SEF. **Relatório de Gestão Fiscal – RGF**. Belo Horizonte: 2019.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. Brasília: 2018.

---

R\$111.773.670.980,00 (cento e onze bilhões, setecentos e setenta e três milhões, seiscentos e setenta mil e novecentos e oitenta reais).

## EMPREGO, DESEMPREGO E RENDIMENTOS DO TRABALHO

*Glauber Flaviano Silveira<sup>25</sup>*

### RESUMO

A compreensão das recentes movimentações do mercado de trabalho permite um entendimento melhor do atual cenário socioeconômico. O foco desta seção é destacar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADC/T) relativos ao emprego, desemprego, rendimento e à massa salarial e os registros administrativos gerados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes ao número de admitidos e desligados de empregos formais, regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** mercado de trabalho, emprego e desemprego.

### ABSTRACT

*Understanding recent labor market movements allows a better grasping of the current socioeconomic scenario. The focus of this study is to highlight data from Quarterly Continuous National Survey by Household Sample - PNADC / T, related to employment, unemployment, income and wage bill, as well as administrative records generated by the Federal Government of Brazil.*

**KEYWORDS:** Labor market, employment and unemployment.

---

<sup>25</sup> Pesquisador da Diretoria de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (Direi/FJP), mestre em economia aplicada (UFV). E-mail: glauber.silveira@fjp.mg.gov.br.

## INTRODUÇÃO

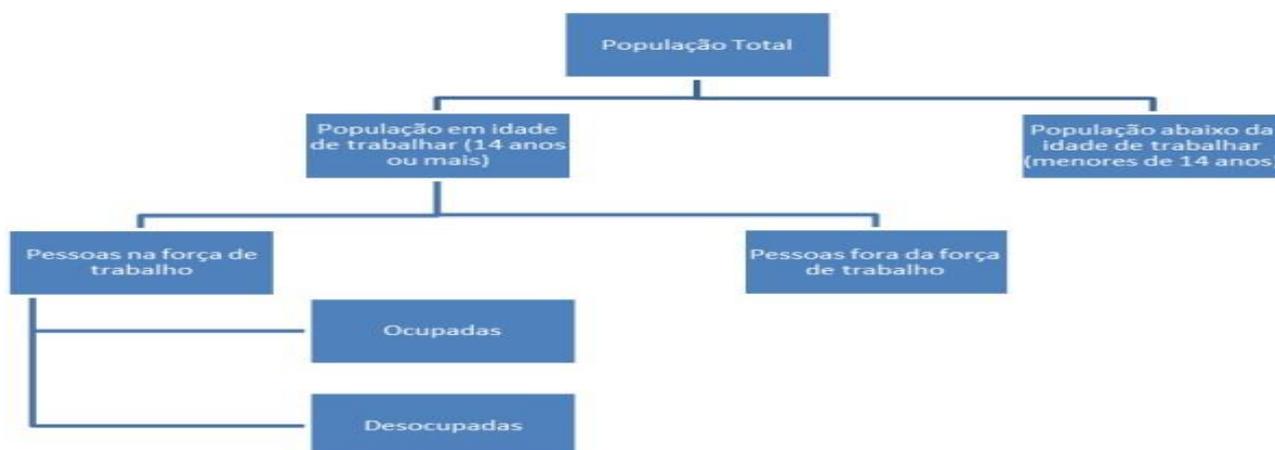
Pessoas e empresas interagem em dois tipos de mercados, o de bens/serviços e o de fatores/trabalho. No mercado de trabalho, as pessoas são vendedoras dos seus fatores de produção (insumos usados na produção), e as empresas, compradoras. O entendimento acerca das recentes movimentações desse mercado em âmbito nacional e estadual possibilita uma compreensão melhor do atual cenário socioeconômico.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possibilitam realizar uma avaliação conjuntural da situação atual do mercado de trabalho no Brasil e em Minas Gerais.

## EMPREGO, DESEMPREGO, RENDIMENTOS DO TRABALHO E MASSA SALARIAL

As análises apresentadas a partir da PNAD Contínua têm como objetivo principal traçar o perfil das populações em idade de trabalhar, na força de trabalho, ocupada, desocupada e fora da força de trabalho (figura 1).

Figura 1: População total, em idade para trabalhar, na força de trabalho (ocupados e desocupados).



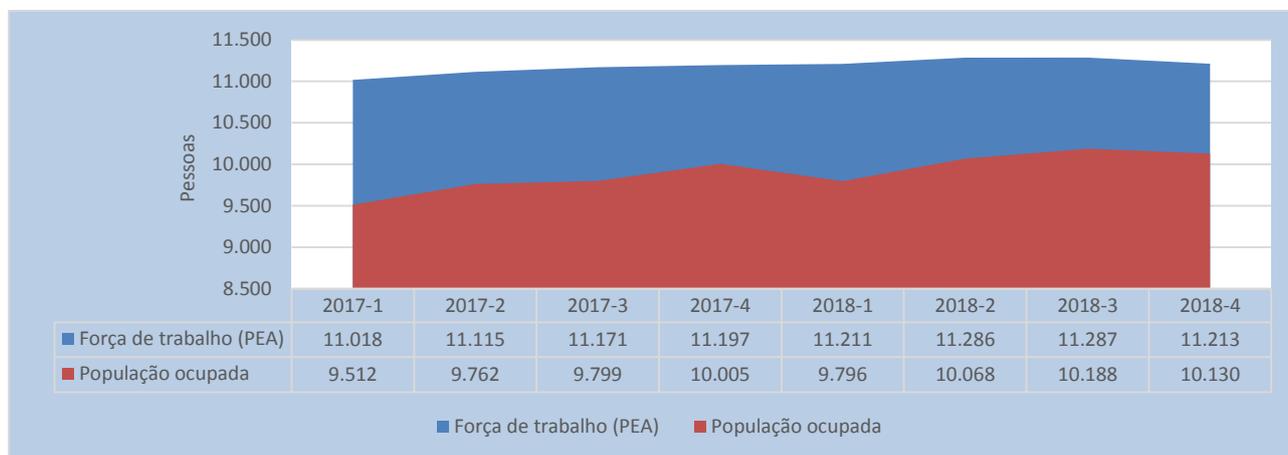
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

Em Minas Gerais, no quarto trimestre de 2018, a população em idade para trabalhar (17,6 milhões)<sup>26</sup> representava 82,7% da população total (21,3 milhões). Da população em idade para trabalhar, 11,2 milhões de pessoas estavam na população economicamente ativa (PEA), uma taxa de participação de 63,7%, e 6,4 milhões estavam fora da força de trabalho. A PEA caiu -0,7% comparativamente ao trimestre anterior e

<sup>26</sup> As mulheres continuam sendo maioria entre as pessoas em idade de trabalhar, 51,7%.

cresceu 0,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Ainda: 90,3% da PEA se encontravam ocupados (10,1 milhões de pessoas)<sup>27</sup> e 9,7%, desocupados (1,1 milhão de pessoas) (gráfico 1).

Gráfico 1: Pessoas de 14 anos de idade ou mais, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação (mil pessoas) – Minas Gerais – 1º trimestre 2017 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

Quando se analisam as pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, verifica-se queda do número dos chamados “trabalhador familiar auxiliar” (-3,8%) e “empregados” (-2,2%) e aumento para “trabalhador por conta própria” (4,4%) e “empregadores” (1,1%) na comparação desse trimestre com o trimestre imediatamente anterior em Minas Gerais. Em comparação como o mesmo trimestre do ano anterior, os resultados foram os seguintes: “trabalhador familiar auxiliar”, 14,5%; “empregado” -0,3%; “trabalhador por conta própria”, 5,6%; “empregadores”, -2,2%.

Por agrupamento de atividades no trabalho principal e na comparação desse trimestre com o imediatamente anterior, destaca-se o aumento do número de pessoas ocupadas em “comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” (48 mil). Negativamente aparece o número de pessoas ocupadas no agrupamento “agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura” (-123 mil).

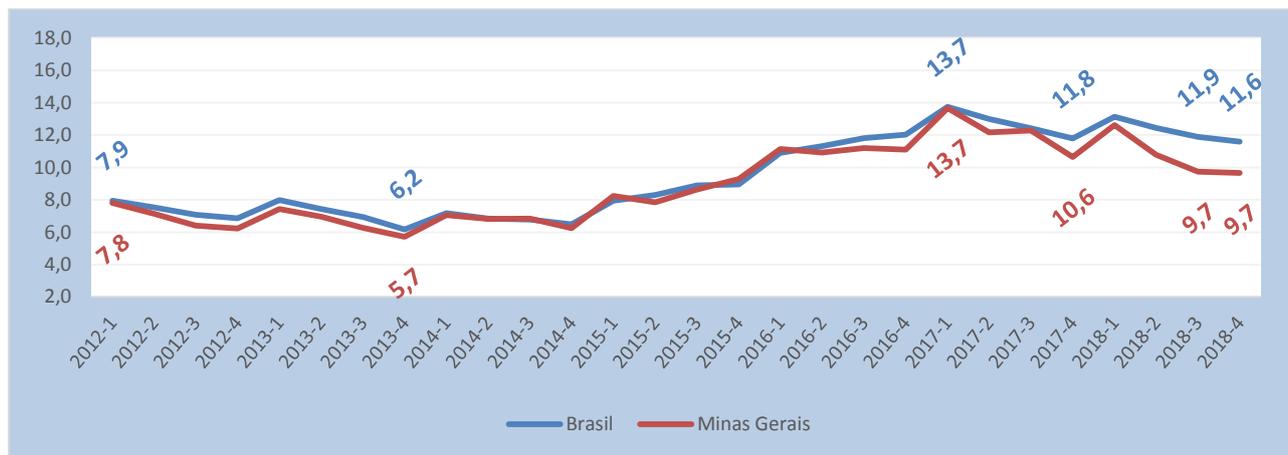
Por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, verifica-se queda do número de pessoas “com carteira de trabalho assinada” (-0,3%) e “sem carteira de trabalho assinada” (-7,9%), frente ao trimestre anterior. Na comparação como o mesmo período do ano anterior, percebe-se elevação de 0,7% e queda de -0,9% respectivamente.

<sup>27</sup> Apesar de as mulheres serem maioria na população em idade de trabalhar, verificou-se a predominância de homens (55,4%) entre as pessoas ocupadas.

## Taxa de desemprego

Em Minas Gerais, no quarto trimestre de 2018, a taxa de desemprego foi estimada em 9,7%<sup>28</sup> (gráfico 2). Esse indicador não apresentou variação significativa em relação ao trimestre anterior e, quando comparado com o quarto trimestre de 2017, queda de -1,0 ponto percentual (p.p.). No Brasil a taxa de desemprego estimada foi de 11,6%.

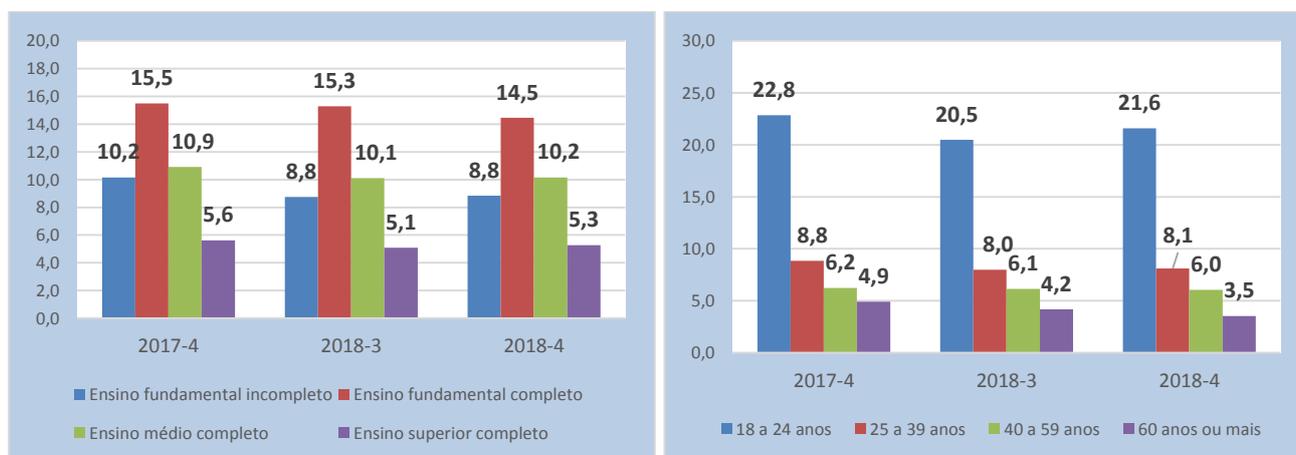
Gráfico 2: Taxa de desemprego – Brasil e Minas Gerais – 1º trimestre 2012 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

O gráfico 3 destaca a taxa de desemprego por nível de instrução e grupo de idade. Na análise por nível de instrução, no quarto trimestre de 2018, os mais afetados pelo desemprego são aqueles que possuem o ensino fundamental completo (14,5%); os menos afetados, os que já completaram o nível superior (5,3%).

Gráfico 3: Taxa de desemprego, por nível de instrução e grupo de idade – Minas Gerais – 4º trimestre 2017 - 3º trimestre 2018 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

<sup>28</sup> A taxa de desemprego para homens ficou em 8,5%; para as mulheres, em 11,1%.

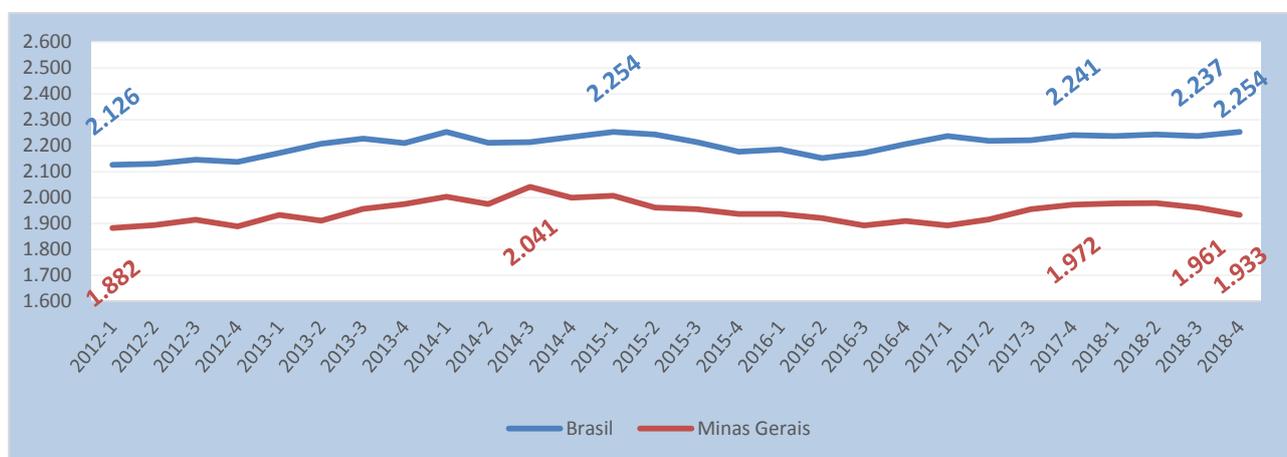
Quanto ao grupo de idade, percebe-se que a taxa de desemprego é menor para o grupo de indivíduos com mais de 60 anos (3,5%) e maior para os jovens entre 18 e 24 anos (21,6%). O que chama atenção é o crescimento da taxa de desemprego para esse grupo: em 2012-1 era de 16,0%, atingiu o mínimo de 11,6% em 2013-4 e o máximo de 27,2% em 2018-1.

A taxa de desemprego foi maior entre a população que se declarou preta (12,2%) do que entre a que se declarou parda (10,7%) ou branca (7,6%).

### Rendimentos médios do trabalho

O rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, no quarto trimestre de 2018 em Minas Gerais, foi estimado em R\$ 1.933<sup>29</sup> – uma queda de -1,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior (R\$ 1.961) e -2,0% menor do que o do mesmo trimestre do ano anterior (R\$ 1.972). Cabe destacar que o resultado estadual é 14,2% menor do que o verificado em escala nacional (R\$ 2.254) (gráfico 4).

Gráfico 4: Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$ reais) – Brasil e Minas Gerais – 1º trimestre 2012 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

Pode-se destacar ainda que o grupo de idade com maior rendimento médio real de todos os trabalhos foi o “pessoas com mais de 60 anos” (R\$ 2.080) e que o nível de instrução das pessoas com maior rendimento foi de “ensino superior completo” (R\$ 4.131). Além disso, o rendimento médio real foi maior entre a população que se declarou branca (R\$ 2.449) do que entre a que se declarou parda (R\$ 1.623) ou preta (R\$ 1.468).

<sup>29</sup> O rendimento médio foi maior para os homens (R\$ 2.181) do que para as mulheres (R\$ 1.617).

Por posição na ocupação no trabalho principal, verifica-se que os maiores rendimentos médios reais são dos “empregadores” (R\$ 4.409), seguidos pelos “empregados” (R\$ 1.759) e por fim pelos “trabalhadores por conta própria” (R\$ 1.507). Na análise por grupamento de atividades, os destaques positivos foram os rendimentos médios reais auferidos na “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e nos serviços sociais” (R\$ 2.716) e em “informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas” (R\$ 2.627). Com rendimentos médios mais baixos, destaca-se o grupamento “serviço doméstico” (R\$ 826). Por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, o rendimento médio real é maior para os empregados com carteira de trabalho assinada (R\$ 1.783) em relação aos que não a possuem (R\$ 1.135).

### Massa salarial

O acompanhamento da massa salarial possibilita conhecer um pouco sobre o impacto da situação do mercado de trabalho sobre o consumo das famílias. No quarto trimestre de 2018, a massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência, foi estimada em R\$ 19,1 bilhões de reais em Minas Gerais, registrando queda de -1,9% em relação ao trimestre anterior (R\$ 19,4 bilhões) e -1,0% na comparação com o mesmo trimestre de 2017 (R\$ 19,3 bilhões) (gráfico 5). No Brasil, a massa de rendimento foi estimada em R\$ 204,3 bilhões de reais, o que representa uma elevação em relação tanto ao trimestre anterior (1,3%) quanto ao mesmo trimestre do ano anterior (1,7%).

Gráfico 5: Massa de rendimento real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$ bilhões de reais) – Minas Gerais – 1º trimestre 2012 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua).

## TRABALHO FORMAL: ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), possui o objetivo de acompanhar o processo de admissão e demissão dos empregados regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em Minas Gerais, no quarto trimestre de 2018, verifica-se saldo líquido negativo (-35,6 mil postos de trabalho) entre admissões (385,2 mil) e desligamentos (420,8 mil) (gráfico 6). Em comparação com trimestre imediatamente anterior, observa-se queda de -55,6 mil postos de trabalho; em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, -1,6 mil.

Gráfico 6: Admissões e desligamentos de empregos formais (mil postos de trabalho) – Minas Gerais – 1º trimestre 2017 - 4º trimestre 2018.



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O saldo de admissões e desligamentos de empregos formais segundo setores de atividade selecionados proporciona uma compreensão melhor da evolução do mercado de trabalho formal. Em Minas Gerais, no quarto trimestre de 2018, a agropecuária destruiu -17,1 mil postos de trabalho, a indústria, -22,3 mil e o setor de serviços criou 3,8 mil (tabela 1).

Entre os quatro subsetores da indústria, os que mais se destacaram negativamente foram a “transformação” e a “construção civil”, destruindo -12,3 mil e -9,5 mil empregos respectivamente. A “extrativa mineral” também apresentou saldo negativo (-0,5 mil), e o subsetor de “serviços industriais de utilidade pública” apresentou estagnação. Na abertura por subsetor dos serviços mineiro, temos saldo positivo para o “comércio” (-0,4 mil) e queda para a “administração pública” (-1,4 mil) e “outros serviços<sup>30</sup>” (-9,5 mil).

<sup>30</sup> Outros serviços incluem: 'comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviço técnico', 'instituições de crédito, seguros e capitalização', 'serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação', 'serviços médicos, odontológicos e veterinários', 'transportes e comunicações' e 'ensino'.

No Brasil, o saldo de empregos formais total foi de -218,1 mil postos de trabalho no quarto trimestre de 2018. Vale destacar que, tal como ocorreu em Minas Gerais, a agropecuária e a indústria registram saldos negativos (mais desligamentos que admissões), e o setor de serviços, saldo positivo em função do bom desempenho do subsetor de “comércio” (142,4 mil).

Tabela 1: Saldo de admissões e desligamentos de empregos formais segundo setores de atividade selecionados (mil postos de trabalho) – Minas Gerais e Brasil – 1º trimestre 2017 - 4º trimestre 2018

ESPECIFICAÇÃO	2017-1	2017-2	2017-3	2017-4	2018-1	2018-2	2018-3	2018-4
<b>MINAS GERAIS</b>								
<b>Total</b>	<b>8,8</b>	<b>53,2</b>	<b>-12,6</b>	<b>-34,0</b>	<b>29,8</b>	<b>55,5</b>	<b>20,1</b>	<b>-35,6</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>6,5</b>	<b>41,6</b>	<b>-31,1</b>	<b>-14,8</b>	<b>3,8</b>	<b>37,2</b>	<b>-23,4</b>	<b>-17,1</b>
<b>Indústria total</b>	<b>10,0</b>	<b>0,3</b>	<b>10,1</b>	<b>-23,5</b>	<b>20,2</b>	<b>6,5</b>	<b>17,8</b>	<b>-22,3</b>
Ext. mineral	1,1	0,4	0,2	-1,3	0,4	-0,1	0,7	-0,5
Transformação (1)	7,8	0,3	7,3	-12,5	12,8	-1,3	6,4	-12,3
SIUP	0,3	-0,9	-0,1	-0,3	0,4	0,2	0,7	0,0
Construção Civil	0,8	0,5	2,7	-9,5	6,6	7,7	10,1	-9,5
<b>Serviços total</b>	<b>-7,7</b>	<b>11,3</b>	<b>8,4</b>	<b>4,4</b>	<b>5,7</b>	<b>11,8</b>	<b>25,6</b>	<b>3,8</b>
Administração Pública	1,8	0,4	0,2	-1,5	0,4	0,1	0,1	-1,4
Comércio (2)	-14,7	3,6	3,1	12,5	-9,5	-0,4	3,9	14,7
Outros Serviços (3)	5,2	7,3	5,2	-6,6	14,8	12,1	21,7	-9,5
<b>BRASIL</b>								
<b>Total</b>	<b>-68,9</b>	<b>103,9</b>	<b>105,7</b>	<b>-264,2</b>	<b>195,2</b>	<b>148,9</b>	<b>295,1</b>	<b>-218,1</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>13,4</b>	<b>97,5</b>	<b>-13,7</b>	<b>-69,7</b>	<b>-5,9</b>	<b>71,8</b>	<b>11,4</b>	<b>-84,4</b>
<b>Indústria total</b>	<b>-4,6</b>	<b>-8,3</b>	<b>50,0</b>	<b>-193,2</b>	<b>98,7</b>	<b>17,0</b>	<b>97,8</b>	<b>-203,2</b>
Ext. mineral	-1,0	-0,4	-0,5	-4,0	0,3	0,9	1,6	-1,4
Transformação (1)	18,0	7,2	51,2	-106,1	77,3	-2,8	58,2	-135,3
SIUP	1,1	-0,4	-2,8	-3,4	2,0	2,3	3,7	-1,7
Construção Civil	-22,7	-14,7	2,1	-79,7	19,1	16,6	34,3	-64,9
<b>Serviços total</b>	<b>-77,6</b>	<b>14,7</b>	<b>69,5</b>	<b>-1,4</b>	<b>102,4</b>	<b>60,1</b>	<b>185,9</b>	<b>69,6</b>
Administração Pública	13,5	3,9	-1,2	-19,0	12,4	0,3	-0,2	-18,5
Comércio (2)	-115,2	-8,7	35,9	112,2	-79,9	-23,6	44,3	142,4
Outros Serviços (3)	24,0	19,4	34,8	-94,6	169,8	83,4	141,8	-54,3

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Notas: (1) Indústria de transformação inclui: 'indústria da borracha, fumo, couros', 'indústria da madeira e do mobiliário', 'indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico', 'indústria de produtos minerais não metálicos', 'indústria do material de transporte', 'indústria do material elétrico e de comunicações', 'indústria do papel, papelão, editoria e gráfica', 'indústria mecânica', 'indústria metalúrgica', 'indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria', 'indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos' e 'indústria de calçados'. (2) Comércio inclui: 'comércio varejista' e 'comércio atacadista'. (3) Outros serviços inclui: 'comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviço técnico', 'instituições de crédito, seguros e capitalização', 'serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção e redação', 'serviços médicos, odontológicos e veterinários', 'transportes e comunicações' e 'ensino'.

## REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Rio de Janeiro, 2018.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Brasília, 2018.



